proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

FASE

Nº 55

LEIA PROPOSTA

Nº55 - *Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais*

Nº54 - *Democratizando a gestão da cidade*

Nº53 - *Qual desenvolvimento?*

Nº52 - Educação básica: essa crise tem solução

Nº51 - A questão étnica e os movimentos sociais

Nº50 - Organização sindical nos locais de trabalho

Nº49 - Violência e direitos humanos:uma guerra do Brasil

Nº48 - Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente

Nº46 - Barragens: movimento ecológico e luta pela vida

Nº45 - Administrações populares

Nº44 - Trabalhadores rurais: fazer nossa a política agrícola

Nº43 - Vídeo popular: as outras cores da imagem

Nº42 - Assalariados rurais: para onde vai a organização?

Nº41 - Mulheres: a política no cotidiano

Nº40 - Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo

Nº39 - Lutas urbanas: o desafio da articulação

Nº38 - Pescadores artesanais: entre o passado e o futuro

Nº36 - Agricultura alternativa: viabilizando à pequena produção

Nº34 - Luta e organização camponesa: balanço de um trabalho alternativo

Nº33 - Operário em construção

Nº32 - Norte sul: a cooperação internacional e as iniciativas privadas

Nº27 - Tecnologias alternativas na Agricultura

ASSINATURA ANUAL
Cr$60.000,00

NÚMERO AVULSO
Cr$18.000,00

(021)285-2998

FASE - Rua Bento Lisboa, 58 - 22221 - Catete - Rio de Janeiro - RJ

Proposta no. 55 ano XVI novembro 1992

Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais

Sumário

Cartas 2

Editorial
Cidadania!
(Conselho Editorial) 4

Trabalho e cidadania

Direitos e cidadania nos complexos agroindustriais
(Leandro Lamas Valarelli e Ricardo Tavares) 5

Trabalho, inovação tecnológica e ação sindical
(Marcelo Paixão) 7

Infâncias perdidas: crianças e jovens cortadores de cana
(Jorge Barros) 16

O nó da cana e outros nós: um olhar sobre Ribeirão Preto
(Luiz Antonio Silva e Moacir Botelho) 19

Sul da Bahia - sociedade civil num chão de cacau
(Josias Gomes da Silva e Paulo Roberto Demeter) 26

Violência e marginalidade no complexo sucroalcooleiro: Alagoas e o Nordeste
(Geovani Jacó de Freitas) 31

Trabalhadores agroindustriais e capitalismo transnacional
(Ricardo Tavares) 36

Leitura

A perversidade dos complexos agroindustriais
(Da Redação) 45

Vídeos

Imagens da luta pela cidadania
(Da Redação) 46

Próximo número:

Alternativas de desenvolvimento

Crianças e adolescentes sofrem acidentes e deixam de estudar em troca do trabalho duro nos canaviais do Brasil (página 16)

O processo de modernização dos complexos agroindustriais radicaliza a exclusão social dos trabalhadores (página 7)

A questão ambiental e a luta pelos Direitos Humanos estão no centro da busca de coalizões capazes de mudar o eixo da agroindustrialização (páginas 5)

CARTAS

CARTAS é um espaço aberto aos leitores de **Proposta** para troca de informações, críticas, polêmicas, sugestões, etc. As cartas devem vir assinadas e com endereço do remetente. Podem ser selecionadas para publicação no todo ou em parte. Devem ser enviadas para revista **Proposta**, Rua Bento Lisboa, 48 - Catete, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22221.

Novas sugestões

Considero **Proposta** a melhor revista brasileira em matéria de Educação Popular. Importante são as seções de "Cartas" e os anúncios de alguns livros.

Acho muito bom um tema por caderno. Numa revista trimestral, o leitor não busca informações do dia-a-dia.

Creio que **Proposta** se dirige sobretudo a "líderes" e monitores de projetos. Seria interessante publicar em cada número um ou dois artigos de conteúdo simples e popular, que podem ser utilizados para os grupos de trabalho, sobre o assunto do caderno, não como anexo. Uma vez que **Proposta** se dedica ao assunto Educação Popular, seria bom publicar mais comics, desenhos, talvez um quadrinho, e menos fotografias. (...)

Espero que estas observações de um europeu, longe da luta popular, possam servir um pouco a um trabalho tão importante.

Um abraço fraternal,

Godofredo Deelen
Misereor
Alemanha

Agradecemos as sugestões. Gostaríamos de incentivar nossos leitores do Brasil e do exterior a continuarem enviando-nos comentários e críticas sobre o nosso trabalho, de modo a que possamos aperfeiçoá-lo.

Antiguidades gráficas

A Associação para Preservação de Antiguidades Gráficas é uma entidade sem fins lucrativos fundada única

e exclusivamente para preservação, divulgação e exposição, através de uma tarefa pioneira no Brasil, que é a preservação de todos os tipos de expressão gráfica, anteriores a 1950, no Brasil. A Apag, como uma reunião informal de colecionadores, pesquisadores, estudiosos e restauradores das antiguidades gráficas já existe há 11 anos no Brasil, mas, agora, se torna uma organização oficial, constituída pela seguinte diretoria: presidente - Renata Lima; vice-presidente - Rosa Medeiros; tesoureiro - Otília Soares; secretário - Marta Seabra Fagundes; conselheiro técnico - Márcio A. de Carvalho.

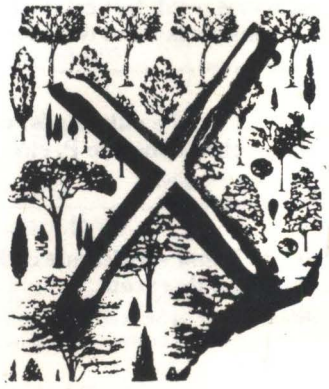
Estamos iniciando um árduo trabalho de preservação e divulgação das antiguidades gráficas no Brasil. Gostaríamos que através desta seção fossem divulgadas nossas propostas de trabalho e um pedido de sugestões a todos aqueles que se interessam pela preservação de nossa "arqueologia escrita", tão pouco divulgada em nosso país.

Atenciosamente,

Renata Lima
Apag
Rio de Janeiro, RJ

O endereço completo da Associação para Preservação de Antiguidades Gráficas (Apag) é: rua da Quitanda, 30/ sala 705, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20011, telefones 232-7154 e 329-0661.

Floresta em perigo



A Fundação Floresta em Perigo nasceu no ano de 1988. No dia 7 de setembro de 1988 fui preso e amarrado em cima de um caminhão a mando da UDR. Somente em 1991, a fundação foi homologada pelo Ministério Público.

FASE

FASE-NACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58
Catete
22221 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 285-2998

FASE-RIO
Av. Pres. Wilson, 113 - Conj. 1302
Centro
20030 - RIO DE JANEIRO - RJ
Tel.: (021) 220-7196 e 262-2565

FASE-SÃO PAULO
Rua Loefgren, 1651 - C/6
Vila Clementino
04040 - SÃO PAULO - SP
Tel.: (011) 549-3886 e 549-1307

FASE-VITÓRIA
Rua Graciano Neves, 377
29015 - Centro - VITÓRIA
Tel.: (027)223-7436

FASE-JABOTICABAL
Rua Mimi Alemagna, 37 - Centro
14870 - JABOTICABAL - SP
Tel.: (0163) 22-5219

FASE-PORTO ALEGRE
Rua Gaspar Martins, 470
90220 - PORTO ALEGRE - RS
Tel.: (051) 225-0787

FASE-RECIFE
Rua Joaquim de Brito, 112
Boa Vista
50070 - RECIFE - PE
Tel.: (081)221-5478

FASE-MACEIÓ
Rua Gonçalves Dias, 62
Farol
57055 - MACEIO - AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE-ITABUNA
Rua Barão do Rio Branco, 93/1°
California
45600 - ITABUNA - BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE-FORTALEZA
Rua Prof. João Bosco, 73
Parque Araxá
60430 - FORTALEZA - CE
Tel.: (085) 223-4056

FASE-BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329
66030 - BELÉM - PA
Tel.: (091) 222-0318

FASE-ICÓ
Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 - ICÓ - CE
Tel.: (085) 731-1064

FASE-SÃO LUÍS
Rua do Pespontão, 256 - Centro
65010 - SÃO LUÍS - MA
Tel.: (098) 221-1175

FASE-IMPERATRIZ
Rua Brasil, 794
65900 - IPERATRIZ - MA
Tel.: (098)721-4474

FASE-ABAETETUBA
Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 - ABAETETUBA - PA
Tel.: (091) 751-1181

FASE-MARABÁ
Folha 27, Q. 07, Lote 07
68500 - MARABÁ - PA
Tel.: (091) 322-1591

FASE-MANAUS
Rua Major Gabriel, 443 - Centro
69013 - MANAUS - AM
Tel.: (092) 234-6761

FASE-CAPANEMA
Av. Pres. Médice, 1992
68700 - CAPANEMA - PA
Tel.: (091) 821-1716

FASE-VALE DO GUAPORÉ
Rua Darci de Freitas Queiroz, 1160
Centro
78250 - PONTES E LACERDA - MT

A fundação está ligada e voltada para a defesa do pequeno colono e do seringueiro. Em julho de 1991, fomos impedidos de comercializar borracha. Borracha aqui é paga a um preço miserável, que não dá para os seringueiros sobreviver. A usina formou um cartel como os patrões e se recusa a receber a borracha diretamente das mãos dos seringueiros, só aceitando através do intermediário.

Ministrávamos palestras de orientação e conscientização dos pequenos colonos e seringueiros sobre como usar as florestas sem degradar ou destruir, mas nos últimos tempos está havendo um êxodo dos pequenos colonos e seringueiros para as cidades. Está se fazendo grandes favelas em pequenas cidades do Estado de Rondônia. Estas pessoas vendem seus lotes e marcações, a preço de banana, aos fazendeiros - e passam a oferecer mão-de-obra a esses mesmos fazendeiros que destroem as florestas para transformá-las em pastagens.

Hoje o extrativismo não tem incentivo, nem mercado, nem preço. No ano passado, perdemos as nossas castanhas, que foram vendidas a Cr$ 20,00 o quilo. Copaíba, não temos para quem vender, ou seja, não há mercado para que haja um meio viável para que essas pessoas continuem a viver lá, no seu habitat natural, na floresta. Hoje, nós estamos como um barco em alto-mar, com o motor quebrado, sem sabermos mais o que fazer.

Nosso telefone (069-535-5322) está desligado desde abril, por falta de pagamento. Não temos dinheiro para postar cartas. A fundação passou a funcionar num barraco pior que chiqueiro de porcos. Nunca tivemos apoio de ninguém, somente promessas. Se o extrativismo tivesse mercado, poderíamos pelo menos sobreviver - mas hoje passo a maior angústia, que me corta a alma, só vendo para crer.

Com elevadas considerações de apreço,

Valdecy de Oliveira
Presidente
Fundação Floresta
em Perigo
Ariquemes, Rondônia

Nota (1)

Com esta edição, o atual Coordenador de Publicações da FASE, Alfons Klausmeyer, encerra seu período de oito anos trabalhando conosco, como Cooperante do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Sactes). Durante sua permanência na FASE, Alfons Klausmeyer prestou inestimáveis serviços, com eficiência e brilhantismo. A partir de 1993, ele estará ocupando o cargo de Assistente de Coordenador Geral do Sactes no Brasil, em Recife (PE).

Nota (2)

Comunicamos aos amigos e leitores o falecimento de Jean Michel Rosseau, ex-coordenador da FASE Nacional no período 1974-76. Canadense, Rosseau morou no Brasil durante muitos anos. No Canadá, foi diretor da ONG Developpement et Paix até o início de 1992. Faleceu em agosto último.

ASSINE

REVISTA proposta

ASSINATURA anual Cr$ 60.000,

NÚMERO avulso Cr$ 18.000,

FASE Rua Bento Lisboa, 58 - Catete - 22221-011
Rio de Janeiro - RJ (021) 285-2998

Errata

O artigo "Plano Diretor - limites da participação popular", publicado na página 16 da revista **Proposta** nº54 ("Democratizando a cidade"), é de autoria exclusiva de Raquel Rolnik. Por engano, indicamos a co-autoria de Grazia de Grazia.

A ***FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional*** - é uma sociedade civil brasileira, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos. Seu compromisso fundamental é com o desenvolvimento social e cultural de grupos e setores marginalizados da população, através de um trabalho de educação popular, nas áreas rural e urbana.

Situada no campo das Organizações não-Governamentais, a FASE define-se por um projeto institucional próprio, independente do Estado e dos partidos políticos. As ONGs são organizações vinculadas à sociedade civil, comprometidas com o processo de construção da autonomia de suas entidades representativas, ligadas aos movimentos populares.

Os principais beneficiários deste trabalho são os trabalhadores do campo - pequenos produtores, assalariados, sem terra - operários, moradores da periferia e favelas.

Editorial

Cidadania!

A FASE atua junto aos trabalhadores de complexos agroindustriais brasileiros desde 1985. A percepção da importância do processo de agroindustrialização do país e dos seus impactos sobre a questão da democracia e da construção da cidadania dos setores populares sempre orientou a nossa ação educativa. A trajetória de reflexão e ação da FASE no sentido da construção da cidadania dos trabalhadores dos complexos está documentada em duas outras edições da revista **Proposta**: o número 26, de julho de 1985, "Assalariados rurais - novos desafios"; e o número 42, de outubro de 1989, "Assalariados rurais, para onde vai a organização."

Um dos primeiros aspectos que permeou a nossa ação foi a percepção da diversidade do processo de agroindustrialização - uma diversidade de culturas e de arranjos societais. Deste modo, trabalhamos com a questão sucroalcooleira tanto no Nordeste (a partir de Pernambuco e, depois, Alagoas) quanto do Sudeste (região de Ribeirão Preto, em São Paulo, a partir da equipe sediada em Jaboticabal); com a questão do cacau, a partir de Itabuna, no sul da Bahia; e com a expansão da exploração agroflorestal voltada para a produção de papel e celulose no Espírito Santo, a partir de Vitória (ES).

Da ênfase exclusiva na construção e ação do ator sindical, evoluímos para uma percepção mais ampla da questão da construção da cidadania dos trabalhadores dos complexos agroindustriais. As relações de trabalho na agroindústria, as violações dos Direitos Humanos a ela associadas e a reprodução do poder econômico e político das oligarquias agroindustriais, são questões que rebatem na esfera pública nacional - são questões a serem trabalhadas pelo conjunto dos atores interessados na democracia e na cidadania, exigindo articulações cada vez mais amplas.

Outro aspecto central que emerge nesta discussão, e que é debatido nas páginas desta edição, é o papel que os setores populares e democráticos podem jogar na redefinição de estratégias de desenvolvimento regional, disputando com as oligarquias o conceito e a direção do desenvolvimento, de modo a que a cidadania possa participar das decisões sobre as alternativas em disputa.

No conjunto, o eixo da ação educativa da FASE tem sido contribuir para romper com o corporativismo sindical, fortalecendo os movimentos sociais, produzindo articulações em torno da temática dos direitos, contribuindo para a incorporação de novos enfoques fundamentais, tais como a resposta à introdução de novas tecnologias e aos impactos ambientais da agroindustrialização. O objetivo central é reverter a tendência à exclusão social de parcelas cada vez mais amplas da população, e, em perspectiva, ajudar a construir e participar de coalizões capazes de interferir no modelo de agroindustrialização, combatendo a tendência à marginalização social, através da proposição de alternativas. Para nós, é impossível atuar neste sentido sem enfrentar as questões da cidadania e do desenvolvimento e sem se referir às políticas e aos fundos públicos.

Conselho Editorial

FASE

FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS P/ ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro, RJ, 22221

Diretoria Executiva da FASE

Jorge E. Saavedra Durão (Coordenador Nacional) · Maria Emília L. Pacheco (Coordenadora Nacional Adjunta) · Virgílio Rosa Neto (Diretor Administrativo Financeiro) · Mateus Enricus Oterloo (Coordenador Regional Norte) · Lorenzo Zanetti (Coordenador Regional Sudeste-Sul) · José Orlando Falcão (Coordenador Regional Nordeste)

proposta

Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Meija · Haroldo Baptista de Abreu · Jean-Pierre Leroy · Jorge E. Saavedra Durão · Leandro Lamas Valarelli · Maria Emília L. Pacheco · Pedro Claudio Cunca Bocayuva · Ricardo Tavares · Alfons Klausmeyer

Coordenação Geral
Maria Emília L. Pacheco

Coordenação de Publicações
Alfons Klausmeyer

Editor Responsável
Ricardo Tavares
(Mtb. 18135)

Edição de Arte
Marcelo Riani Marques

Organização
Leandro Lammas Valarelli
Ricardo Tavares

Ilustração
Ykenga

Editoração Eletrônica
LZ Design

Promoção e Divulgação
Felícia A. de Moraes

Revisão
João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Redação
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro - RJ - 22221
Tel.: (021)2852998

Direitos e cidadania nos complexos agroindustriais

Leandro Valarelli*
Ricardo Tavares**

O Brasil vive um momento de intensa luta pela cidadania. O processo de democratização chegou a um ponto em que o nó górdio é a construção da cidadania dos setores sociais secularmente marginalizados. Sair da ditadura e atravessar a transição, numa década, como a de 1980, onde a economia entrou em declínio e as condições sociais se agravaram dramaticamente, equivalem aos efeitos de uma verdadeira "guerra": desemprego, crianças e adolescentes vivendo aos milhares nas ruas das grandes cidades, violência rural e urbana, conflito social aberto. Temos os efeitos da guerra, sem no entanto a consciência de "pós-guerra" e a solidariedade correspondente.

Como nunca em nossa história, porém, temos a oportunidade de afirmar a cidadania e os direitos como essência da democratização. A questão dos Direitos Humanos - como jamais em outro tempo no Brasil, vale salientar - tende a assumir papel central nos embates sociais e políticos. A democracia é nova entre nós. Mesmo no período 1946-1964, era limitada do ponto de vista institucional e de inclusão social. A ditadura trouxe para o conjunto dos atores políticos a consciência da relevância da sociedade civil organizada e do respeito aos Direitos Humanos. Agora, mais do que nunca, é hora de afirmar os princípios fundamentais da coexistência entre os homens na nossa sociedade - o respeito aos Direitos Humanos.

Para os trabalhadores dos complexos agroindustriais, cujos direitos de cidadania têm sido historicamente negados, a situação é de impasse. O regime militar e a transição só fizeram afirmar o poder das elites agrárias e agroindustriais, tradicionais e "modernizadas". Poder privado, ausência de direitos sociais, analfabetismo, doença e superexploração caracterizam o cotidiano de homens, mulheres e crianças que vivem do trabalho nos complexos agroindustriais. Tendo a agroindustrialização como eixo principal do desenvolvimento da agricultura, o regime militar diversificou a agroindústria, mantendo interesses tradicionais - como os sucroalcooleiros - e estimulando novos ramos, como a produção de papel e celulose, entre tantos outros. A tendência excludente do modelo de agroindustrialização tem se mantido.

As lutas sindicais de trabalhadores agroindustriais, que emergiram a partir do final dos anos 70, centradas na realização de campanhas salariais, serviram para organizar e dar identidade política aos trabalhadores rurais dos complexos, mas se mostraram insuficientes para romper o modelo de agroindustrialização. E esta é a tarefa fundamental neste momento, a exigir uma coalizão de atores capazes de ir além do corporativismo. Para o sindicalismo, avançar no sentido de repensar o modelo, influenciar políticas públicas e encontrar aliados na sociedade constituem uma agenda associada à própria sobrevivência de sua capacidade de representação específica.

Na verdade, o processo de modernização de complexos agroindustriais tradicionais e de constituição de novos complexos tem sido intrinsecamente expropriador de cidadania. O modelo histórico e presente de agroindustrialização afeta

O poder privado das oligarquias agroindustriais rebate sobre o Estado nacional e afeta negativamente a democratização

* Assessor Nacional da FASE para a área de assalariados rurais.
** Jornalista e mestre em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Editor de **Proposta** e assessor da FASE.

Os complexos se organizam excluindo a cidadania não só dos trabalhadores, mas de toda a sociedade

a urbanização das cidades e regiões onde se instala, provoca fortes impactos ambientais, determina a organização do mercado de trabalho. Esses impactos se imbricam, atingindo a vida não só dos trabalhadores mas do conjunto da cidadania. Esta circunstância, na verdade, impõe limites à ação isolada de qualquer ator social. O resgate da cidadania pressupõe articulação e crítica global ao modelo. Isoladamente, nem ambientalistas, nem moradores das cidades afetadas pelos complexos, nem trabalhadores sindicalizados terão sucesso nas suas lutas. A problemática dos Direitos Humanos e a questão ambiental são aspectos fundamentais a serem atacados, permitindo uma ampla coalizão com todos os setores interessados em aprofundar a democratização, materializando as suas propostas em torno de alternativas de desenvolvimento social e ambientalmente sustentáveis, aglutinadas em torno da temática da cidadania.

O poder privado das elites agroindustriais rebate sobre o Estado nacional, na medida em que o Norte/Nordeste dispõem de uma super-representação parlamentar num Congresso Nacional de influência política crescente. Seja no Norte, seja no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste, o empreendimento agroindustrial das elites não é apenas um negócio, é também uma máquina política: a usina, a fábrica de papel e celulose, etc., são máquinas de reprodução econômica e política, cujas características precisamos desvendar.

Não por acaso, em 1991, ano recessivo, houve prejuízos financeiros para quase todos os ramos industriais do país, exceto um, a agroindústria canavieira. "Apenas a agroindústria canavieira registrou um aumento - de 10,9% - na receita operacional líquida do ano passado", registrou o "Balanço Anual" da *Gazeta Mercantil* (São Paulo, ano XVI, número 16, 29 de outubro de 1992). A boa safra de cana-de-açúcar explica apenas parte dessa performance. De fato, a agroindústria se caracteriza por obter vantagens do Estado, se apropriando privadamente de fontes públicas de recursos, que deveriam servir ao conjunto da sociedade, especialmente aos trabalhadores. A publicização do Estado e o enfrentamento das oligarquias agroindustriais, no entanto, devem ser assumidos pelo conjunto dos setores democráticos da sociedade.

Esta edição de **Proposta** procura enfrentar algumas das questões chave da democratização das relações sociais criadas e recriadas em torno da agroindústria. Discutiremos o processo de modernização/radicalização da exclusão em curso no setor sucroalcooleiro; a violência contra os trabalhadores rurais canavieiros em Alagoas e no Nordeste; a problemática dos migrantes; a luta dos trabalhadores do açúcar e do cacau para interferir nas estratégias de desenvolvimento de regiões como Ribeirão Preto, em São Paulo, e no sul da Bahia, imbricadas com formas de percepção da problemática ambiental; e debateremos, também, a importância das relações internacionais dos trabalhadores dos complexos, inseridos em processos de produção que rompem as fronteiras nacionais e revelam as desigualdades entre o Norte e o Sul do mundo. ■

Assine você também

BRASIL AGORA

❑ Assinatura 12 edições Cr$ 100.00,00

❑ Assinatura para o exterior (semestral US$ 30,00)

❑ Assinatura 25 edições (anual) cr$ 200.000,00

❑ Assinatura de apoio (anual) Cr$ 300.000,00

Envie cheque nominal à **EDITORA BRASIL AGORA**.
Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP
Tel.(011) 222-6318 - 220-7718 - 223-2974

Trabalho, inovação tecnológica e ação sindical na lavoura canavieira

Entrevista de **Marcelo Paixão** a Leandro Lamas Valarelli e Ricardo Tavares

O Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) encomendou a dois especialistas em Engenharia da Produção, Paulo José Adissi e Marcelo Paixão, uma pesquisa de âmbito nacional que fosse capaz de traçar o perfil de quatro aspectos da realidade das zonas canavieiras do Brasil: as condições de trabalho dos canavieiros, a tecnologia da produção, as formas de organização do trabalho e os tipos de ação sindical.

O objetivo era obter um quadro de informações mais adequado para a redefinição das estratégias sindicais face às mudanças tecnológicas e dos processos de trabalho. Os dados ainda estão sendo consolidados. Marcelo Paixão, economista e mestrando em Engenharia da Produção na Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concordou em antecipar, nesta entrevista, algumas das principais observações realizadas pela pesquisa.

Este trabalho levou os pesquisadores a percorrer dez estados do país durante um ano: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, na região Norte-Nordeste; e Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, na região Centro-Sul. Parte dos resultados desse esforço de pesquisa está a seguir, nesta entrevista.

Modernização: tendências e contratendências

Proposta - Grosso modo, temos trabalhado com a idéia de duas regiões produtoras de cana-de-açúcar no Brasil: Norte-Nordeste e Centro-Sul. Esta é, inclusive, a base do planejamento estatal para o setor, que envolve a concessão de subsídios diferenciados. Nesta divisão, o Centro-Sul é visto como espaço da produtividade e do avanço tecnológico e o Norte-Nordeste do atraso e da baixa produtividade. Esta visão continua válida?

J. R. Ripper / Imagens da Terra

Marcelo Paixão - Na verdade, constatamos que existe hoje uma tendência muito forte à homogeneização do processo de trabalho na lavoura canavieira, que se intensificou a partir de 1985 (Proálcool). Esta tendência, no entanto, incide mais sobre determinadas fases da produção do que sobre outras, e também incide de modo diferenciado pelas diversas regiões produtoras do país, se combinando com situações e circunstâncias específicas. Explico-me. Do ponto de vista da preparação do solo para o plantio, a quimificação e a mecanização estão presentes em quase todo o país. As usinas procuram de maneira geral realizar o estudo do solo física e quimicamente para utilizar maquinário e produtos químicos. Já do ponto de vista da colheita, há mais heterogeneidade. Somente em uma região do país a mecanização da colheita está avançando, e rápido, com mais de 50% da cana sendo colhida por máquinas: a região de Ribeirão Preto, em São Paulo. No entanto, a mecanização da colheita não se restringe ao corte, atinge também, por exemplo, o carregamento da cana para o caminhão e o transporte da cana para a usina - e isto também está muito presente no Nordeste.

Nós percebemos que no Nordeste é possível falar em duas áreas características. Uma mais tradicional, onde prevalecem condições em que o solo é muito argiloso ou em que a topografia é irregular e onde o plantio tende a ser feito por animais, com muitos trabalhadores para fazer os sulcos, etc. Outra, seria a zona dos tabuleiros, onde os processos de plantio, preparação do solo e tratos culturais estão sendo feitos através de tratorização e quimificação.

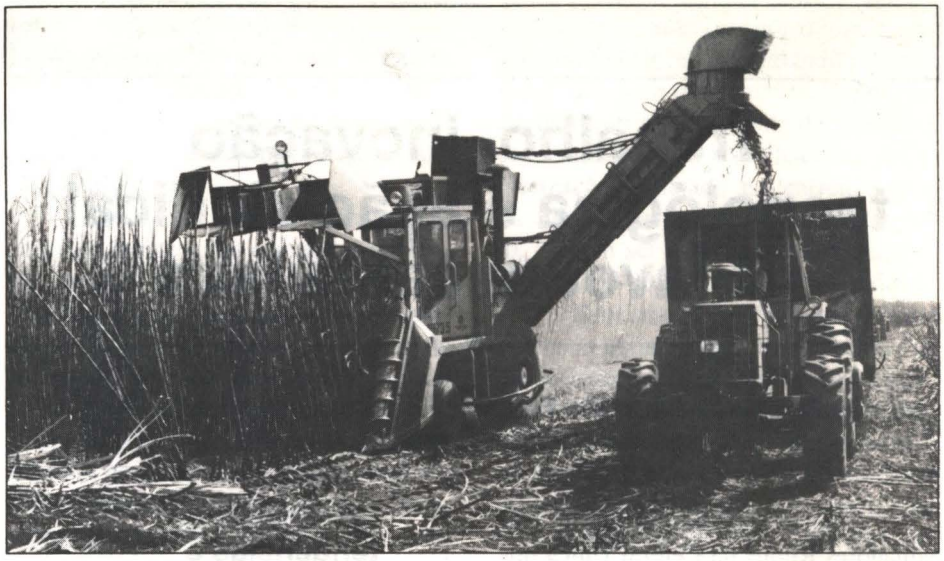
Mas eu falo grosso modo, porque é possível ver nos tabuleiros de Alagoas ou Sergipe os sulcos sendo fechados por trabalho manual, ou, por outro lado, no sul de Pernambuco, zona considerada tradicional, inovações tecnológicas sendo disseminadas, como a quimificação e a mecanização. Eu dou como exemplo o uso do cultivo mínimo para sistemas de dessocamento ou a existência de uma enchedeira de cana com capacidade de operar em solos com elevada inclinação.

Outro aspecto comum, presente tanto no Nordeste quanto no Centro-Sul, é mesmo a consolidação das grandes

unidades industriais, das grandes usinas. Essas grandes unidades industriais todas elas se modernizaram, de uma forma ou de outra, através de incentivos governamentais, programas de racionalização da agroindústria e do próprio Proálcool. Tais mecanismos levaram a um processo de modernização em escala nacional. Contudo, eu entendo que essa modernização foi basicamente técnico-organizacional. As relações sociais e de trabalho continuaram muito ruins. As usinas se modernizaram, mas os custos foram do trabalhador canavieiro, que viu incidir sobre seus braços os métodos mais avançados de extração de trabalho excedente, propiciados pelas modernas técnicas gerenciais capitalistas, combinado com métodos de organização do trabalho herdados da escravidão.

O processo de modernização técnico-organizacional, no entanto, sofre a interveniência de múltiplos fatores, econômicos, sociais e ambientais - e estes muitas vezes atuam como contratendências à homogeneização. O Nordeste, por exemplo, é uma região onde a lavoura canavieira se confunde com o próprio processo de colonização do Brasil. A cana se implantou na Zona da Mata, em terras bastante férteis, terrenos de massapê e várzea, clima tropical, muito propícios, condições edafoclimáticas ideais. Esses mesmos aspectos naturais, contudo, nem sempre continuam sendo hoje os mais adequados, dada a atual fase de modernização, suas implicações e exigências. Hoje, do ponto de vista da gerência técnico-organizacional, é melhor trabalhar com solos de tabuleiros, mesmo sabendo que esses

Novas tecnologias e processos de trabalho estão mudando a composição dos trabalhadores da lavoura canavieira



Marcelo Paixão

solos são mais pobres, dado que eles podem ser corrigidos quimicamente. Os tabuleiros têm a vantagem da topografia ser mais adequada para a mecanização e mesmo para a quimificação. Na Zona da Mata, a textura do solo é muito frágil, trazendo problemas de compactação do solo para utilização de máquinas. Os problemas de gerência da modernização nos tabuleiros existem, mas são menores, se considerarmos sob esse aspecto.

O que estou querendo dizer, para pensar a questão da modernização no Nordeste, é que as condições que permitiram a implantação da cana-de-açúcar lá há quase 500 anos atrás não são hoje mais as condições ideais, dado o patamar de modernização em curso. As condições climáticas e de solo continuam boas, excelentes, mas a importância que têm no processo de produção foi reduzida, em relação a questões sobre como e qual capacidade o capital tem para fazer frente a barreiras que a natureza antepõe. É importante reter isso, porque em Ribeirão Preto (SP), o fato de as condições de solo naquela região serem boas foi e continua sendo importante para o cultivo da cana e de outras culturas economicamente rentáveis, como a laranja. Mas a quimificação, a mecanização, a atuação física no solo (fazer terraço, fazer curvas de nível, etc.), as próprias inovações biotecnológicas se tornaram aspectos mais significativos, mesmo nestes espaços. Ou seja, a gerência destas áreas está buscando melhorar continuamente a rentabilidade agrícola nestes espaços, tidos como mais férteis; isto é, mesmo ali o papel da natureza tende a ser subordinado pelas estratégias de acumulação capitalista neste setor.

Em relação ao Centro-Sul canavieiro do Brasil, sem dúvida nós temos uma realidade em que Ribeirão Preto é a região hegemônica. É lá que o processo de invenção se transforma em inovação e se expande para outras áreas do país. O interior de São Paulo parece estar na ponta de um processo de transformações do processo de trabalho e de inovação tecnológica. Espaços do Centro-Sul como Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e outros estados tendem a acompanhar. O que é pensado, experimentado e efetivado pelas usinas desta região paulista.

É importante ressalvar, aqui, que também há inovações tecnológicas fruto de necessidades gerenciais específicas, como é o caso de uma enchedeira/carregadeira de cana que sobe e desce morro. Mas é uma situação específica. Em Alagoas, há um grande esforço inovativo, incluindo um centro de pesquisa, mas não possui a mesma dinâmica paulista.

Os estados do Centro-Sul são receptores privilegiados das inovações introduzidas em São Paulo. Em todos esses estados, o preparo do solo é feito sob base tratorizada. O processo de dragagem e subsolagem é feito a partir do trator e dos implementos agrícolas. Há também uma hegemonia das variedades de cana Copersucar (Cooperativa de Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo). Há também, em praticamente todas as usinas dos estados visitados no Centro-

Sul, o plantio por mutirão ou banqueta, isto é, um trator vai abrindo e fechando os sulcos; e um caminhão transporta um grupo de trabalhadores que vai lançando a cana no solo; atrás, outro grupo de trabalhadores deposita a semente no sulco.

Há uma intensificação do processo de trabalho. O caminhão é que determina a velocidade dos trabalhadores no processo de plantio, tal qual uma linha de montagem fordista, havendo mesmo um parcelamento de tarefas.

Continuando, nos tratos culturais também existe uma grande semelhança entre as práticas de São Paulo e do resto do Centro-Sul. Apenas algumas condições naturais mais específicas provocam alguma diferenciação. Nas áreas de cerrado do Centro-Oeste, o uso de inseticidas é mais intenso, enquanto em outras áreas, de solo mais fértil, é bem menor. O único aspecto em que o paradigma paulista de produção ainda não se disseminou é a colheita mecanizada.

De modo geral, para concluir, eu diria que existe uma realidade plural na lavoura canavieira do Brasil. Há sem dúvida uma tendência à homogeneização, devido ao processo de difusão das inovações tecnológicas e organizacionais. Mas vários elementos podem interferir nesse processo, e diferenças muitas vezes podem ser obervadas ao nível de cada usina individual, dentro de uma mesma região. Há sem dúvida aspectos naturais, biológicos e topográficos. Creio que também tende a ser marcante a própria estrutura do capital, se ele é ligado ou não a um grupo econômico, que tipo de benefício consegue arrancar do Estado, o que interfere na sua capacidade de introduzir determinados tipos de inovação tecnológica, se é capaz de fazer investimentos, tanto na parte industrial como agrícola. E outros aspectos que influenciam o processo de modernização são os políticos e sociais, influenciados diretamente pela ação dos movimentos sociais.

A região de Ribeirão Preto está na vanguarda das inovações. Lá, 50% da cana já são cortados mecanicamente

Esses três elementos - aspectos ambientais, a estrutura dos capitais e os movimentos sociais - influenciam tanto a realidade nordestina quanto a paulista e o restante do Centro-Sul. Não aprofundamos a análise sobre quais desses fatores pesam ou pesaram mais em determinados aspectos da modernização (mecanização, quimificação, etc.). Mas nossa pesquisa permitiu concluir que esses três fatores são decisivos, e que atuam como elementos contratendenciais ao processo de homogeneização total das usinas de açúcar e álcool do Brasil, pelo menos em sua parte agrícola.

Nosso objetivo, no final das contas, foi fornecer elementos para que pudesse ser feita uma análise sobre a relação entre estas modernizações e os processos sociais, com ênfase nas estratégias e respostas dos movimentos, isto é, procurando discutir as formas de luta mais eficazes por uma vida melhor para os trabalhadores canavieiros, dadas as atuais tendências de transformação da agroindústria.

Marcelo Paixão

Processos sociais e inovação tecnológica

Proposta - Processos como a introdução da mecanização da colheita da cana em São Paulo poderiam estar associados a uma resposta patronal à mobilização sindical dos canavieiros paulistas?

Marcelo Paixão - A resposta à essa pergunta nos permitiria ver aqueles três fatores mencionados anteriormente atuando de maneira dinâmica. Eu começaria pela negação: por que em outros lugares não é feito corte mecanizado?

Em Alagoas, por exemplo, existe a plena possibilidade de mecanização, ainda que se tenham problemas tecnológicos para resolver, uma vez que o solo de tabuleiro tem uma estrutura frágil e o corte mecanizado poderia prejudicar as socas. Mas também sabemos que o movimento sindical é frágil em Alagoas, não tem a mesma capacidade de resposta que possui em outros lugares, o que atua como um estimulador. Quanto à estrutura do capital, em Alagoas existem grandes grupos econômicos e uma forte ligação com o Estado. O fato é que, neste quadro de inter-relação entre esses três fatores, a mecanização da colheita não avançou até agora.

E em Pernambuco? Lá existe um movimento sindical relativamente forte. A topografia irregular e o solo massapê, porém, não favorecem a mecanização. Apenas algumas raras usinas do estado estão utilizando ou experimentando a mecanização, em regiões de tabuleiro próximas a Paraíba.

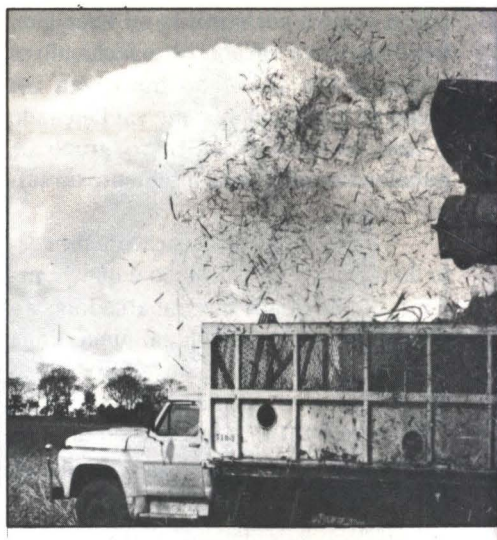
No caso de São Paulo, é claro que a força com que o movimento sindical de canavieiros emergiu a partir de 1984 influenciou a tomada de decisão empresa-

rial sobre a mecanização da colheita. Os sindicatos estavam aumentando o preço da força de trabalho e interferindo no processo de trabalho. Mas seria um absurdo dizer que este seria o único elemento. Existem outros aspectos que são tão importantes quanto, e devemos chamar a atenção para a incidência em conjunto desses elementos. Os principais centros de pesquisa tecnológica do país estão em São Paulo. É lá também que está a maior parte das indústrias de bens de capital, muitas delas ligadas à produção de equipamentos para a agroindústria. A proximidade com a indústria automotiva (tratores e máquinas agrícolas), com as indústrias químicas e de fertilizantes, tudo isso deve ser levado em conta também. É a existência de um empresariado disposto à inovação tecnológica, ligado a uma situação em volta caracterizada pelo pólo mais importante do capitalismo brasileiro. E tudo isso associado a um movimento sindical combativo dos canavieiros. Acho que todos esses elementos entram em jogo, estão aliados. Não se pode ver a questão da modernização canavieira paulista através de um aspecto único, no caso os movimentos grevistas, ainda que sem dúvida eles tenham sido o detonador de um vigoroso processo de mecanização do corte na lavoura canavieira daquele estado.

Proposta - Agora, nós gostaríamos que você falasse um pouco das relações de trabalho e da composição da força de trabalho identificadas pela pesquisa.

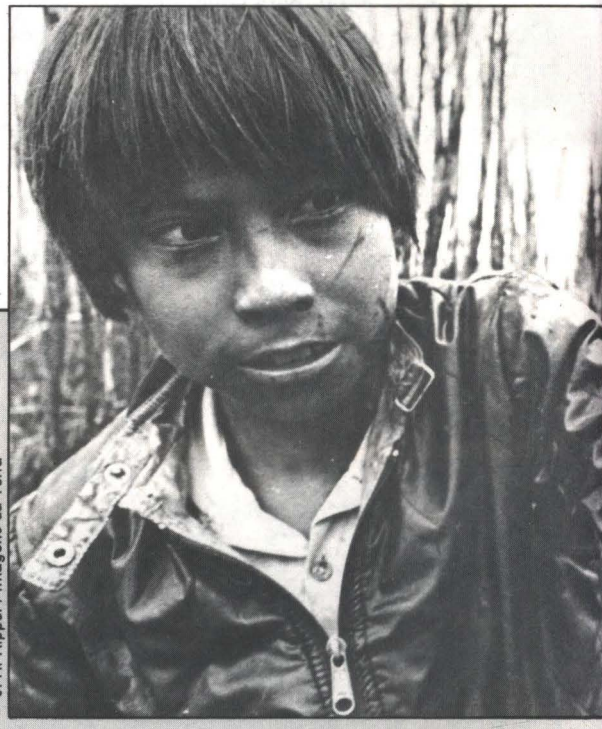
Marcelo Paixão - Uma característica presente em todas as zonas canavieiras do país é que as condições de trabalho são muito precárias, seja no Nordeste, seja no Centro-Sul. É um tipo de trabalho muito penoso em todas as suas fases - no plantio, no corte da cana e nos tratos culturais dos canaviais. Não por acaso a lavoura canavieira foi introduzida no Brasil através do trabalho escravo.

Surge aí uma questão importante para ser pensada, e que não esteve em pauta na nossa pesquisa: como usineiros e gerentes encaram os trabalhadores - como assalariados? Como burros de carga? Como uma espécie de máquina, como tratores? Estava em pauta na pesquisa a opinião dos trabalhadores sobre a maneira como o patronato os percebem. E aí todas as respostas apontam para um profundo desrespeito nas relações de trabalho. E aí não há distinção: bóias-frias, trabalhadores migrantes, tratoristas, todas as clivagens possíveis de trabalhadores da cana-de-açúcar freqüentemente se sentem ultrajados enquanto trabalhadores, devido às formas que a dominação patronal assume nos canaviais.



Marcelo Paixão

As condições de vida vêm piorando ao longo das últimas décadas. O número de trabalhadores com roçado na fazenda para uma pequena plantação de subsistência praticamente não existe mais, exceto em algumas áreas mais tradicionais do Nordeste, onde ainda há mora-



J. R. Ripper / Imagens da Terra

Exploração do trabalho indígena nos canaviais

Vários índios de diferentes nações são submetidos a trabalho semi-escravo nas usinas de álcool no Mato Grosso do Sul. Caiowás, Guaranis e Terenas são as nações que constantemente cedem índios para o trabalho de corte de cana-de-açúcar. Além da expulsão de suas terras, do desaldeamento e do suicídio, os índios do Mato Grosso do Sul deixam as aldeias para engrossar o exército de bóias-frias canavieiros que são submetidos às piores condições de vida e trabalho. Todos os anos a imprensa local registra vários casos de tortura, cárceres privados, assassinatos e escravidão.

Um só índio corta mensalmente 144 toneladas de cana-de-açúcar, que resultam em 10.800 litros de álcool, que dão para abastecer em média 170 carros de passeio. Seis toneladas de cana-de-açúcar são cortadas por dia. A cada três dias um só índio corta o suficiente para encher um caminhão de cana-de-açúcar. Trabalhando seis dias por semana, um índio corta 38 toneladas de cana, o que corresponde a uma produção semanal de 2.700 litros de álcool.

Os índios, quando recebem, não ganham salários diretos. Os

dores, trabalhadores que residem no interior das fazendas. O contato do canavieiro com a terra tende a se reduzir bastante, com exceção para os migrantes de safra que em geral possuem um pedacinho de terra no sertão nordestino ou no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

pagamentos, normalmente inferiores ao salário mínimo, são entregues ao "cabeçante" do grupo - um índio, muitas vezes o "capitão" da tribo, responsável diante da usina pelos demais índios. Os índios são trazidos das aldeias e os que estão sem terra - os desaldeados - não são aceitos.

Com um "cabeçante" para tomar conta, os índios são mais obedientes, submissos e meticulosos no trabalho, embora tenham uma produção menor que os não-índios. Além disso, dificilmente um índio sujeita-se a trabalhar duas temporadas distintas no corte da cana-de-açúcar. Porém, quando o fazem, recebem as piores tarefas.

O Mato Grosso do Sul é o estado que detém a segunda maior população indígena do Brasil, com mais de 45 mil índios, sendo que 11 mil já foram expulsos de suas terras.

O desaldeamento, a marginalidade, a perda da cultura, tradição e costumes, a miséria e o suicídio do índio são conseqüência da expulsão e da perda de suas terras. Só entre os Caiowás e Guaranis existem, sem qualquer solução, oito despejos, em áreas indígenas já demarcadas, promovidos por fazendeiros.

(João Roberto Ripper/ Imagens da Terra)

Encontramos também algumas especificidades. Na Paraíba e no Mato Grosso do Sul existem populações indígenas trabalhando no corte da cana. Os índios são tutelados, não têm carteira de trabalho, vivem nas reservas e são contratados para trabalhar nas safras cortando cana. No Mato Grosso do Sul, encontramos uma situação muito grave. Esses índios estão completamente à margem dos direitos trabalhistas, do direito à cidadania e dos próprios direitos humanos. Não têm acesso à sindicalização, e tornaram-se canavieiros.

Os índios ficam sob a responsabilidade da Funai (Fundação Nacional do Índio). Os agenciadores de mão-de-obra temporária fazem a ligação com a Funai e levam os índios para trabalharem nas usinas do Mato Grosso do Sul. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Serviço Pastoral do Migrante denunciaram que os índios já saem da reserva com o preço para o pagamento do corte da cana acertado, com a intermediação da Funai. Os índios são postos para cortar as canas mais difíceis, que são as deitadas, são sempre colocados para fazer os trabalhos mais penosos. Os usineiros se livram dos acordos sindicais e economizam ainda mais com a mão-de-obra. O trabalho indígena no Mato Grosso do Sul (veja o boxe) é uma realidade que demonstra, ao nível nacional, como existe uma pluralidade de situações na realidade canavieira e como o regime de intensa exploração assume diversas faces, de acordo com a realidade encontrada.

Migrações em todo o país

A situação dos trabalhadores migrantes também é muito difícil. Há trabalhadores migrantes em todas as regiões canavieiras do país. A realidade do migrante é uma realidade muito própria e que também marca a composição dos trabalhadores canavieiros. Em Pernambuco, é comum o migrante vir de municípios do Agreste e do Sertão para trabalhar na Zona da Mata durante a safra. Dentro da própria Zona da Mata, é freqüente trabalhadores de um município trabalharem em outro. Em Sergipe, os gerentes das usinas da região dos tabuleiros preferem os trabalhadores alagoanos, que consideram mais produtivos. Em São Paulo, se preferem os mineiros do Vale do Jequitinhonha. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, também existe uma realidade de migrações intermunicipais intensas. Em Goiás, nas áreas em

Marcos Peruzza

que o movimento sindical é mais frágil, ela também existe e no Mato Grosso do Sul assume um aspecto dramático.

A massa que alimenta essa reserva de trabalho é reforçada pelo próprio processo de modernização. As usinas se modernizam, aumentando a sua capacidade industrial e saem em busca de mais terras, expropriando moradores, pequenos agricultores, etc. Com isso, vai aumentando o contingente de trabalhadores disponíveis a venderem a sua força de trabalho às usinas. Esses migrantes, durante o período em que estão trabalhando para as usinas, se deslocam em meios de transportes precários, vivem em alojamentos precários ou em barracos na periferia das cidades. As condições de moradia, as condições sanitárias, as condições de alimentação, enfim, a vida e a dignidade, é tudo muito precário.

A migração sazonal é uma realidade de norte a sul do país. Em São Paulo, os migrantes que vêm do Vale do Jequitinhonha para a região de Ribeirão Preto podem ficar em alojamentos das usinas ou em cidades-dormitórios, em uma relação de subordinação com o "gato" - empreiteiro de mão-de-obra para as usinas. Podemos dizer, de modo geral, que a condição de vida e trabalho dos migrantes é praticamente de semi-escravidão, na medida em que estão permanentemente endividados e, por isso mesmo, muitas vezes não podem ir embora sem antes saldar a "dívida" com os empreiteiros, assumida em troca da comida e de um lugar precário para pernoitar. Muitos deles sofrem maus-tratos.

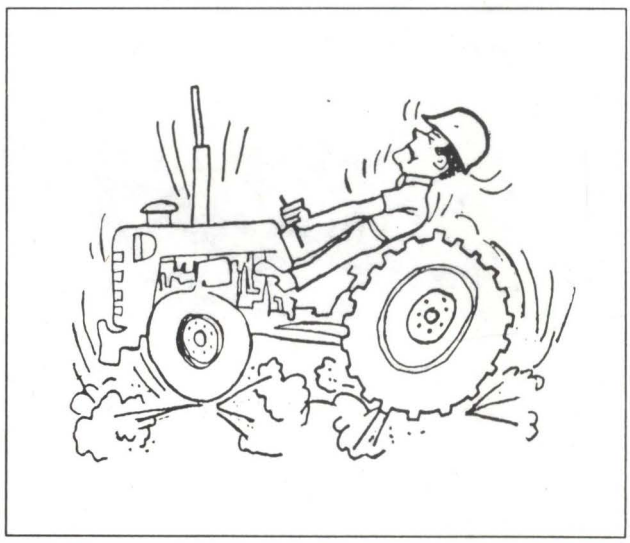
A tendência é a homogeneização das condições de trabalho nos canaviais de todo o país, mas as contratendências são fortes

O trabalhador que vem de fora é considerado mais produtivo pelas usinas. Muitas vezes, ele é pequeno agricultor na sua região de origem, já está acostumado a um trabalho muito duro e se submete a um ritmo de trabalho mais intenso, acaba mesmo produzindo mais no corte da cana. O trabalho do migrante ocorre principalmente durante as safras; nas entressafras, quando a demanda de força de trabalho é menor, a maior parte dos trabalhadores é da própria região. Acaba a safra, cai o nível de emprego, ele vai embora, o que também é uma segurança para o usineiro, que passa a sofrer menos pressão por causa do problema do desemprego na entressafra.

Um aspecto importante dos trabalhadores migrantes é que raramente existem mulheres entre eles. São principalmente homens, o que traduz uma certa divisão de gênero na migração.

Podemos observar, tocando na questão de gênero, que existe uma certa divisão sexual do trabalho canavieiro. Há "tarefas de mulheres", como alguns sindicalistas pernambucanos me apontaram, que passam a ser recusadas pelos homens, e vice-versa. Os homens se recusam a fazer adubação em algumas usinas de Pernambuco, porque é "trabalho de mulher". De modo geral, as mulheres tendem a ganhar menos e atuar de modo mais freqüente nas tarefas de adubação, bituca (catar a cana que cai da carregadeira) e calagem (aplicação de cal, freqüentemente manual, para corrigir a acidez do solo). E existe também uma presença significativa do trabalho infantil, que parece ter um papel estrutural na composição da força de trabalho, como parte da composição da renda familiar e como meio de "aprendizado" à vida dura de trabalho intenso que o espera no futuro.

Vale a pena assinalar um outro aspecto muito importante na análise da força de trabalho. É a presença crescente de atividades que demandam alguma qualificação, como a função do operador de máquinas agrícolas, cada vez mais importante no preparo do solo, plantio e tratos culturais. É o tratorista, o operador de carregadeira e da colheitadeira, o



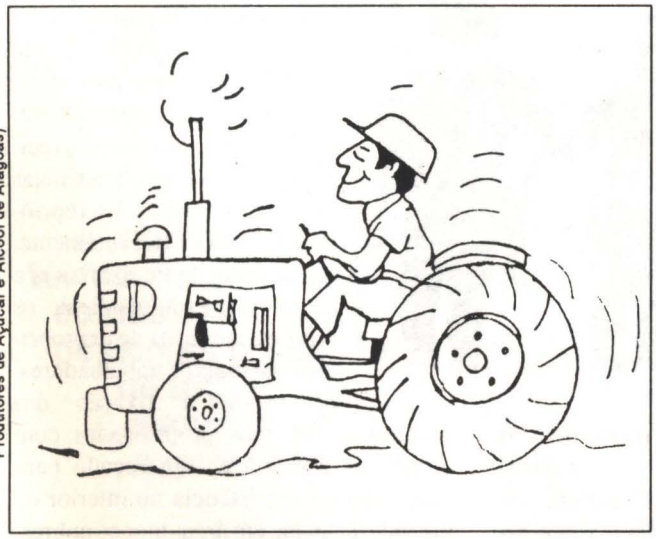
O capital prepara ...

motorista do caminhão. Todos eles são canavieiros, um novo tipo de canavieiro. No plantio, o trator sulca e depois vai um caminhão na frente, impondo o ritmo de trabalho para a turma de trabalhadores que vêm atrás. Só aí são duas bases mecanizadas - o caminhão e o trator. A máquina determina o processo. Se aparece um aviador para jogar veneno em cima da plantação, ele também é um canavieiro, dado que faz a mesma tarefa que os outros, ainda que sob uma base técnica infinitamente superior. E aí surge o problema da estrutura sindical, que tende a separar esses elementos, que embora exerçam atividades agrícolas articuladas, podem ser separados pela estrutura sindical.

Existe uma importância crescente dos operadores de máquinas semiqualificados, permanecendo a grande massa de cortadores de cana enquanto trabalhadores menos qualificados. É possível encontrar trabalhadores semi-analfabetos dirigindo um trator. As próprias usinas têm procurado dar treinamentos, às vezes com apoio da própria firma que comercializou a máquina ou o implemento. Você encontra num trator o letreiro: "Verifique o nível do eletrólito, que deve estar 1 cm acima das placas." Para entender isso, é preciso algum nível de instrução.

Porém, todo esse processo de introdução de novos processos de cultivo não significa uma modernização das relações de trabalho. Os comprovantes de pagamento dos índios de Mato Grosso do Sul são feitos em computador, mas a relação de trabalho é de semi-escravidão. O trabalho canavieiro no Brasil continua sendo um trabalho para escravos. E os usineiros continuam se sentindo os donos do mundo.

Marcos Peruzza



(Cartilha "Tratorista Canavieiro", da cooperativa de Produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas)

... um novo trabalhador, mais qualificado

Trabalho rural e etnicidade

Proposta - Você relacionou múltiplos aspectos da realidade dos canavieiros, em relação ao processo de trabalho, à condição dos trabalhadores, etc. Mencionou, inclusive, que a cultura da cana-de-açúcar no Brasil está diretamente associada à escravidão, o cultivo se associa à própria colonização do Brasil. Embora este não tenha sido o objeto da pesquisa, gostaríamos de saber se existe alguma correlação entre condição étnica e ocupação de posições profissionais no trabalho da lavoura canavieira. Você pode observar algo sobre isso?

Marcelo Paixão- O Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT, quando fez o seu primeiro congresso, intitulou-o "Unidade na Diversidade". O movimento canavieiro, por si só, já é uma unidade na diversidade. São muitas as realidades. Encontramos trabalhadores temporários e permanentes, fichados ou clandestinos. Temos a realidade do índio e do migrante, e estas coisas, sem dúvida, se intersecionam de diferentes maneiras. Por exemplo: o migrante tende a ser fichado de temporário, tende a ser predominantemente uma mão- de-obra masculina. Já o índio, não tem carteira de trabalho. Temos a realidade dos "gatos", que são empreiteiros de mão-de-obra, que recrutam trabalhadores para os usineiros, ganhando 10 a 15% do valor do trabalho da produção canavieira.

Com relação à questão dos negros, não foi possível ter um dado mais exato, uma vez que nossa pesquisa foi qualitativa. Não pudemos assim quantificar sua presença racial entre os canavi-

Ambiente, características do capital e movimentos sociais são os três fatores fundamentais para a análise das mudanças tecnológicas

eiros. Mas ficou patente que a maioria dos canavieiros é negra e mestiça. E aí temos que observar de maneira geral, não somente em relação aos canavieiros: no mercado de trabalho desqualificado do Brasil, a composição étnica é formada por maioria de população negra. Por ser negro, não posso deixar de estar atento a isto. Há espaços em que nós, negros, não somos hegemônicos, e há espaços em que somos hegemônicos. Por exemplo: somos hegemônicos nos presídios, mas não somos hegemônicos dentro das universidades ou nas grandes redes de TV. E mesmo dentro da universidade, principalmente as públicas, há diferenciações: somos poucos entre estudantes e professores, mas maioria entre os funcionários. Nossa abordagem da lavoura canavieira não privilegiou, no entanto, este aspecto. Mas posso garantir que, depois de percorrer quase todos os estados do país que produzem cana, encontrei a maioria dos trabalhadores negros e mestiços e não encontrei nenhum gerente agrícola negro. Existe uma tendência da gerência das usinas demandar um trabalho mais qualificado, de profissionais graduados em universidades, em posições elevadas na empresa. O gerente agrícola tem de ter uma formação superior em agronomia. Encontrei apenas em Piracicaba, São Paulo, um negro trabalhando na área de informática de uma usina, exercendo uma atividade mais qualificada.

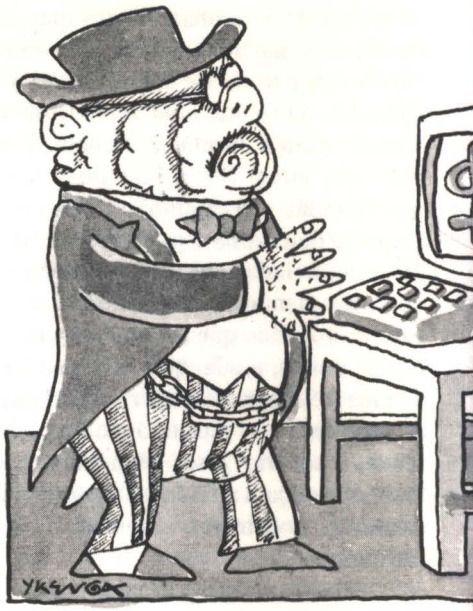
Ricardo Funari / Imagens da Terra

Novas estratégias sindicais

Proposta - Uma pergunta sobre as estratégias sindicais: a tabela de tarefas e as reivindicações salariais que estão sendo colocadas estão adequadas a essa nova composição da força de trabalho criada por esse intenso processo de modernização tecnológica?

Marcelo Paixão - Em primeiro lugar, o meu papel como pesquisador não é dizer que essa ou aquela estratégia sindical é a mais adequada. Posso tão-somente fornecer elementos sobre as mudanças que o capitalismo está provocando no campo de modo a que os sindicalistas reflitam com uma base de dados ampla, que possa ser adicionada às suas próprias experiências.

É visível, porém, que os modelos de ação sindical dos canavieiros estão experimentando impasses neste momento, seja o "modelo contaguiano", seja o "modelo paulista". O grande impasse é sem dúvida a relação da ação sindical com a mudança tecnológica. Não podemos esquecer que a mecanização do corte da cana, bem como a introdução de outras inovações, é uma realidade que já está colocada para o setor. No caso do Nordeste, percebi uma grande dificuldade de o sindicalismo entender a nova composição dos trabalhadores. Estive recentemente num seminário em Carpina (PE) e pude sentir essa dificuldade, por exemplo, no que diz respeito à fixação da tabela de tarefas. Há setores do movimento sindical do Nordeste defendendo o fim da tabela de tarefas, em troca da luta por um salário mais digno, na medida em que o processo de modernização transformou na verdade o canavieiro em um operário rural. Existem outras visões, no sentido de procurar revigorar a tabela de tarefas, adequando-a às novas realidades.



As transformações são muitas. O corte já é mecanizado em metade da lavoura paulista. Em muitos lugares, trabalhava-se muito na base do burro, hoje o trator já foi amplamente introduzido, assim como o caminhão. O uso do adubo se intensificou. A cana entrou nos tabuleiros. Tudo isso tem implicações sobre o processo de trabalho, as tarefas a serem desempenhadas e como elas são feitas.

Há uma tendência muito forte à homogeneização do trabalho na lavoura canavieira, de aproximação do trabalhador com a condição de operário agrícola, mas há também contratendências importantes, entre elas o próprio movimento sindical, que luta pela terra, que luta pela fixação do trabalhador rural à terra. É preciso lidar com essas tendências e contratendências. E há episódios curiosos. Recentemente, numa usina de Pernambuco, a partir da pressão sindical, os patrões, ao invés de expropriar ainda mais os trabalhadores, propuseram a fixação dos moradores em suas propriedades com direito a acesso a um roçado para plantação de subsistência no interior da fazenda da usina, em áreas menos nobres. E faltou trabalhador para preencher as vagas do projeto.

Dentro desse quadro, que é bastante complexo, chama a atenção a dificuldade do movimento sindical de chamar o operador de máquina, o motorista do caminhão, que estão ligados à parte agrícola, para uma ação comum com os cortadores de cana. Chama a atenção a dificuldade de ação comum entre os trabalhadores rurais e os operários da usina, dificuldade essa agravada pela diferença das datas-bases para negociações salariais e a própria filiação a diferentes entidades sindicais. Em Pernambuco, o Sindicato "Zé Melaço", dos operários das usinas, tem conseguido ações comuns com os canavieiros, principalmente em ações localizadas contra usinas individualmente. Vejo cada vez mais esses trabalhadores enquanto trabalhadores da agroindústria, porque a parte industrial está também sendo atingida por um processo intenso e contínuo de modernização, assim como o campo, e sinto que independente da forma pela qual o acesso à terra se colocará para o movimento sindical, vejo que enquanto o patronato tem poucos órgãos de representação e costumam agir unidos, os trabalhadores se dividem em rurais, operários de usina, motoristas - isto sem falar em agrônomos, economistas e secretárias -, com datas-bases e estratégias de lutas fragmentadas, o que é pior.

A modernização é técnico-organizacional, combinando-se com péssimas condições de trabalho e aumento da exploração

Vejo também a dificuldade de o movimento sindical incorporar os migrantes nas suas lutas, o que é feito hoje principalmente pelo trabalho da Igreja. O sindicato tende a relegar este problema para segundo plano. E os migrantes são um fenômeno espalhado por todo o país, submetidos a um regime de trabalho de semi-escravidão.

Há também o problema da saúde do trabalhador, ao qual os sindicatos nem sempre têm estado atentos. Recentemente, em São Paulo, reivindicou-se que se faça rodízio nas turmas que trabalham com herbicida, para que se evite que uma mesma turma atue sempre na aplicação de agrotóxicos, o que provoca grandes danos à saúde. Na maioria das vezes, o uso dos agrotóxicos não é feito com o equipamento adequado.

Há também o problema do desemprego na entressafra. Já tivemos lutas em Guariba (SP) e um projeto do governo Arraes, em Pernambuco, o "Chapéu de Palha" (criticado por setores do movimento sindical), que tentaram atacar este problema crônico.

Como se vê, a problemática da unificação das lutas é muito complexa. Pode-se sempre tentar unificar propostas, mas é preciso ter o cuidado de não agredir as situações locais e regionais.

É necessário buscar a elaboração de sínteses para uma melhor compreensão do processo de modernização desigual e combinado no campo, e da produção sucroalcooleira do Brasil. E, a partir daí, estabelecer uma estratégia de lutas na qual alguns pontos poderão ser articulados (por exemplo, carteira de trabalho, proteção ao trabalho do migrante, etc.), e outros travados ao nível regional, local ou mesmo por unidade produtiva. Mas para isso é preciso sensibilidade para lidar com a realidade existente, em todos os níveis. ■

ALFABETIZAR É PRECISO

Paulo Freire na Região Cacaueira

Pedidos:
FASE/ITABUNA
Rua Barão de Rio Branco, 93 - Califórnia
45600 - Itabuna - BA
Tel.(073) 211-4498

Sindicalismo Rural em Questão

Pedidos:
FASE/Maranhão
Rua do Pespontão, 256
65010 - São Luis - MA
Tel.(091) 221-1175

Lutas Populares por Habitação: Recife e São Paulo

Pedidos:
FASE/Recife
Rua Joaquim de Brito, 112 - Boa Vista
50070-280 - Recife - PE

Infâncias perdidas: crianças e jovens cortadores de cana

Jorge Barros*

Crianças e adolescentes trabalham muito no Brasil. A sociedade tem, historicamente, compactuado com esta situação. "O trabalho dignifica o homem" e tantas outras justificativas têm sido utilizadas para garantir a exploração e a miséria. São 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, entre 10 e 17 anos. Destes, 3 milhões têm menos de 14 anos - e não estamos contando os menores de 10 anos de idade, que vemos pelas ruas das grandes cidades vendendo flores, balas, etc.

Muito embora o trabalho urbano de crianças e adolescentes seja mais perceptível nas áreas urbanas, onde choca mais, é na área rural onde ele se dá com maior intensidade no Brasil. Cerca de 40% das crianças e adolescentes estão ocupados em atividades agrícolas, e destes 62% não recebem remuneração alguma pelo exercício das suas atividades junto com a família.

No Estado do Rio de Janeiro, a ocupação de crianças e adolescentes na área agrícola não tem chamado a atenção dos grupos de defesa dos direitos das crianças, seja pelo desconhecimento, seja pelo grau de violência urbana que se abate sobre meninos e meninas de rua na Região Metropolitana.

Para ter uma visão mais completa desta realidade, o CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) está realizando uma pesquisa sobre as atividades laborativas de crianças e adolescentes, com o apoio do UNICEF. Ocupações exercidas por crianças e adolescentes na área rural também estão sendo investigadas. A pesquisa no Rio entrevistou 100 crianças e adolescentes, distribuídos em 10 ocupações. No município de Campos (RJ), centro da região sucroalcooleira ao norte do estado, foram entrevistadas 20 crianças, sendo 10 cortadores de cana. O total da pesquisa abrangerá 400 crianças e adolescentes distribuídos em 10 ocupações, em quatro estados do país (além do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco).

Para este artigo, tomamos apenas uma ocupação para análise - o cortador de cana-de-açúcar -, a fim de demonstrar que no município de Campos (RJ), tão perto de um dos principais centros metropolitanos do país, reproduz-se uma situação que guarda relações com o período escravista.

Escolaridade e direitos sociais

Cortar cana é a principal atividade agrícola do Estado do Rio de Janeiro. Os dados preliminares da pesquisa na área rural têm apontado para algumas nuanças significativas para análise. A primeira se refere à escolaridade das crianças ocupadas nessa atividade. Cerca de 70% das crianças cortadoras de cana de Campos, que estudam, têm menos de quatro anos de estudo, enquanto para o conjunto das crianças trabalhadoras brasileiras essa taxa é de 46%. Enquanto 46% do conjunto das crianças trabalhadoras brasileiras têm menos de quatro anos de estudo, em Campos 70% estão nesta situação, caracterizando, portanto, condições de escolaridade inferior à média brasileira.

Um total de 40% admite não freqüentar a escola. Para os demais, a escola noturna é a única saída. Das crianças pesquisadas, nenhuma tinha 1º grau completo. Um quarto (25%) daqueles que não freqüentam a escola alega falta de vagas, enquanto 75% não vão à escola porque trabalham. O trabalho é, então, para essas crianças, inibidor do desenvolvimento pessoal: 40% começaram a trabalhar entre cinco e nove anos e 60% entre 10 e 14 anos. Isto significa dizer que todos os entrevistados começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade, exatamente na faixa etária em que deveriam estar fazendo a escolarização básica. Aí se define o grau de miserabilidade presente e futura, dada a tendência permanente de baixa qualificação.

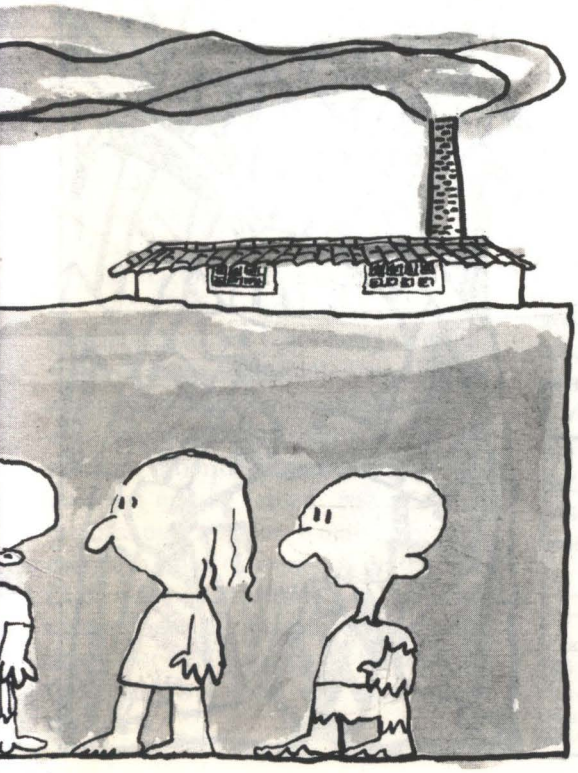
Além de impedir o estudo dessas crianças, o trabalho infanto-juvenil ocorre na mais absoluta ausência de direitos sociais. Apenas 10% possuem carteira

* Sociólogo do CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) e coordenador da Pesquisa sobre Atividades Laborativas de Crianças e Adolescentes, financiada pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

assinada, 80% não têm direito a férias trabalhistas, 80% não recebem 13º salário e 70% não têm depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O desconhecimento sobre direitos é evidenciado por 20%, que não sabem responder sobre o assunto.

À ausência de direitos, acrescente-se a jornada de trabalho de duração completamente absurda. Todos os entrevistados trabalham 48 horas semanais, quando a jornada legal para adultos é de 44 horas. Incluem-se nesta jornada até mesmo crianças abaixo dos 14 anos, que pela Lei 8069 - o Estatuto da Criança e do Adolescente - não deveriam trabalhar. Além dessa jornada desgastante, 80% dos entrevistados levam de três a seis horas no transporte entre a casa, o trabalho e o retorno à casa. A média diária neste trajeto é de quatro horas, o que significa, a cada semana, mais 24 horas à disposição do empregador, sem remuneração.

Este desgaste no trajeto e na jornada de trabalho tem efeitos massacrantes e é o grande responsável por impedir a continuidade dos estudos para aqueles que trabalham. Enquanto no Brasil 46% das crianças de 10 a 14 anos que trabalham estão expostas a uma jornada de 40 horas ou mais, e entre 15 e 17 anos este índice sobe para 76%, no caso de meninos



O trabalho infanto-juvenil nos canaviais massacra a infância e a adolescência e impede o acesso à educação básica

e meninas cortadores de cana de Campos (RJ), temos 100% trabalhando mais de 40 horas semanais, mais uma vez em condições piores do que a média nacional.

Acidentes e riscos à saúde

O desgaste físico produzido pelo excesso da jornada de trabalho e pelos longos trajetos casa/trabalho/casa, além de prejudicar o rendimento escolar destes jovens, deixa-os expostos a um alto risco de acidentes de trabalho.

Os dados levantados indicam que 50% dos entrevistados já sofreram acidentes e o principal deles é o corte nas mãos e pernas devido ao uso de facões. Além disso, existe uma tendência destes acidentes ocorrerem entre os mais jovens devido ao despreparo e à ludicidade: 40% dos acidentes ocorrem nas crianças entre 10 e 14 anos.

Estes acidentes provocam, em média, um afastamento do trabalho entre sete e 10 dias, mas cerca de 40% dos jovens são obrigados a se afastar por mais de 15 dias, dada a gravidade dos acidentes.

Ao relatarem como ocorreram os acidentes, revelam como o desgaste físico, a pouca destreza e a distração interferem na ocorrência dos acidentes. Na maioria das vezes, o facão lhes escapa da mão e atinge invariavelmente os dedos da mão ou as pernas. O socorro nem sempre é imediato. Uma menina relatou que após cortar o dedo não recebeu nenhum socorro - o jeito foi amarrar um pano e esperar a hora de ir para casa.

Outra situação perigosa identificada como risco à saúde dos jovens que desenvolvem essa atividade é a longa exposição ao sol. Quase todos os entrevistados se queixam de dor de cabeça, embora procurem trabalhar de chapéu para atenuar a exposição ao sol. Embora a exposição ao sol seja a causa mais aparente para a dor de cabeça, vale lembrar a alta carga de tensão, quer seja pelo alto risco de acidentes, quer seja pela exigência de produtividade, que incide diretamente na remuneração, já que o pagamento é feito pela metragem de cana cortada.

Salário e renda familiar

É de se esperar que sacrifício tão intenso de crianças e adolescentes no trabalho resulte, pelo menos, numa remuneração adequada. No entanto, no período em que o salário mínimo correspondia a Cr$ 230.000,00 (entre maio e agosto de 1992), a média de remuneração dos entrevistados era de Cr$ 190.000,00, variando de Cr$ 120.000,00 a Cr$ 240.000,00 por mês. Cerca de 30% dos entrevistados recebiam abaixo da média, que para os de 10 a 14 anos era de Cr$ 180.000,00 (78% do salário mínimo), enquanto para os de 15 a 17 era de Cr$ 195.000,00 (84% do salário mínimo).

Baixa remuneração, ausência de direitos sociais e acidentes de trabalho estão associados ao dia-a-dia dos jovens cortadores de cana

Como a média nacional no trabalho de meninos na área rural é de 0,3 salário mínimo, temos aqui uma situação melhorada, devido, talvez, às negociações trabalhistas que ocorreram após diversas greves no Rio de Janeiro, São Paulo e diversos estados do Nordeste, e também à própria realidade do assalariamento, em contraste com a produção familiar, onde o trabalho da criança, não remunerado, se dissolve na própria renda familiar.

Vale assinalar que a menina entrevistada, embora tivesse 17 anos, recebia apenas Cr$ 120.000,00 (52% do salário mínimo) por mês, correspondendo a 61% da média de salários pagos aos meninos na mesma idade, configurando a posição injusta e desigual das mulheres nesta atividade.

As famílias dessas crianças e adolescentes tinham em média uma renda de 2,4 salários mínimos, com três membros em média em atividades laborais, produzindo uma renda per capita média de 0,8 salário mínimo. Mais: 50% dos jovens desconhecem o orçamento familiar total; 40% deles não sabem o salário do pai, 30% não sabem o salário da mãe e 20% não sabem o salário dos irmãos.

Daqueles que conhecem o orçamento familiar, a participação deles na renda familiar varia de 20% a 33% do orçamento total, ou seja, 50% contribuem em média com 26% da renda familiar, uma contribuição mais significativa do que aquela registrada nas áreas urbanas, onde 80% dos adolescentes não contribuem com mais de 30% do orçamento familiar. Isto indica que o trabalho de crianças e adolescentes na área rural tem maior impacto sobre o orçamento

CAMPOS/RJ

CRIANÇAS E ADOLESCENTES CORTADORES DE CANA SEGUNDO O SEU RENDIMENTO, DOS PAIS E IRMÃOS, IDADE E SEXO DOS ENTREVISTADOS - 10 a 17 ANOS - 1992

Rendimentos (Cr$ 1.000,00)

IDADE	SEXO	ENTERV.	PAI	MÃE	IRMÃOS	TOTAL	SAL. MIN.
17	F	17	*	*	*	120	0.5
15	M	15	*	-	200	330	1,4
12	M	12	400	-	100	680	2,9
14	M	14	150	*	450	800	3,5
14	M	14	300	100	*	600	2,9
16	M	16	345	230	50	825	3,6
16	M	16	*	-	507	747	3,2
15	M	15	*	*	-	240	1,0
16	M	16	-	-	-	240	1,0
12	M	12	1000	-	-	1000	4,3

Fonte: Pesquisa Direta - CEPECAM/CEAP
(*) Não soube informar
(-) Não tem

CAMPOS/RJ

MENINOS CORTADORES DE CANA SEGUNDO O SEU RENDIMENTO, DOS PAIS E IRMÃOS, IDADE E SEXO DOS ENTREVISTADOS - 10 a 14 ANOS - 1992

Rendimentos (Cr$ 1.000,00)

IDADE	VALOR	PAI	MÃE	IRMÃOS	TOTAL	SAL. MIN.
12	140	400	-	140	680	2,9
14	200	150	*	450	800	3,5
14	200	300	100	*	600	2,9
12	*	1000	-	-	1000	4,3

Fonte: Pesquisa Direta - CEPECAM/CEAP
(*) Não soube informar
(-) Não tem

familiar do que na área urbana. Isto ocorre mais expressivamente entre as crianças com 10 a 14 anos, cuja atividade laborativa está mais associada à família.

Cerca de 40% desses jovens, além de ajudar no orçamento familiar, comprometem entre 20 e 31% do seu salário com lanches no local de trabalho, correspondendo em média a Cr$ 48.000,00 por mês.

Os jovens que exercem seu trabalho como cortadores de cana procedem dos diversos grupos ocupacionais: 30% dos serviços domésticos, 10% de atividades fabris, 20% de atividades agropecuárias e 40% nunca tiveram outra atividade (estes, com idade entre 12 e 15 anos).

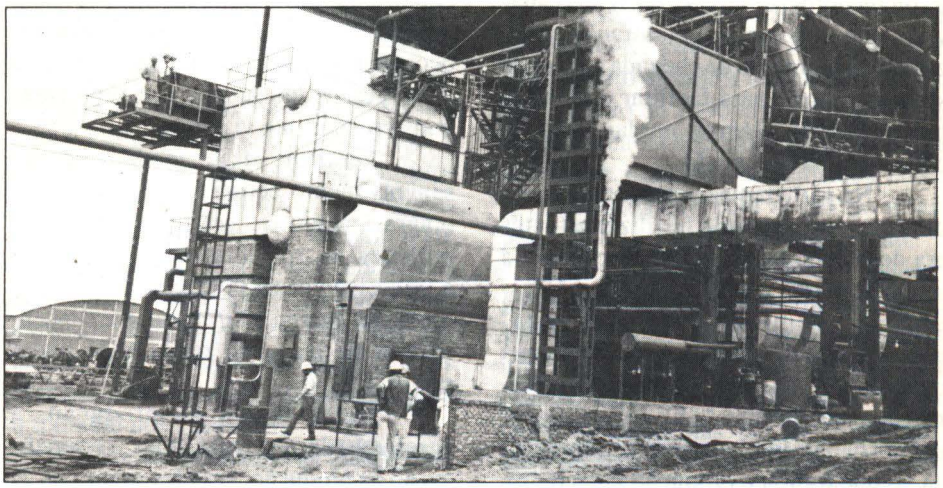
Embora se originem de atividades exercidas manualmente e a atual atividade seja exercida manualmente, apenas 30% dos jovens cortadores de cana desejam continuar em atividades com estas características: 40% desejam trabalhar em funções técnicas e assemelhadas, 20% em funções de nível superior e 10% desejam ser fazendeiros.

Este aspecto é importante, na medida em que, para jovens trabalhadores urbanos, geralmente encontra-se aspiração somente a funções técnicas e assemelhadas. Esta aspiração está associada ao sonho de conseguir esta mudança com a migração para a Região Metropolitana. Para os jovens urbanos, esse sonho já acabou.

Nosso objetivo nesta pesquisa é desvendar a crueldade implícita no exercício das atividades laborativas dos jovens, para que todos os setores da sociedade preocupados com a questão - educadores, entidades não-governamentais, governos e lideranças políticas - possam pensar mil vezes antes de incentivar que as crianças e adolescentes sejam empurradas prematuramente para o mercado de trabalho. Isto sacrifica a juventude e o próprio futuro do Brasil. País moderno que se preza não põe suas crianças para trabalhar e muito menos as escraviza. Mas os usineiros de Campos (RJ) - e de todo o Brasil - não se importam com essa questão. As relações de trabalho neste setor se colocam como herdeiras da Colônia e do Império, vale dizer, da escravidão. ■

O nó da cana e outros nós: um olhar sobre Ribeirão Preto (SP)

Luiz Antonio da Silva *
Moacir Botelho **



Arquivo Fase / Jaboticabal

Ouve-se com freqüência que o desenvolvimento econômico da região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, deu certo do ponto de vista empresarial. Construiu-se na região um complexo agroindustrial de grande porte, acelerando o avanço do capitalismo no campo.

A expansão territorial da cana foi acompanhada por constantes transformações em sua base produtiva tanto agrícola como industrial. Paralelamente à expansão canavieira, desenvolveram-se na região setores industriais que sustentam as demandas para a produção agrícola, além de realizar a transformação desta produção.

Todavia, a agroindústria sucroalcooleira baseou-se também na implementação, de forma perversa, da superexploração da mão-de-obra, da concentração da riqueza social e da depredação do meio ambiente.

Mudanças estruturais

A partir da década de 1940, as relações sociais e produtivas da região passaram paulatinamente a serem marcadas pelo incremento da produção açucareira, constituindo um universo social, político, econômico e cultural próprio.

Desenvolveram-se vários setores produtivos, como o químico, voltado para o fornecimento de insumos agríco-

*Coordenador da Equipe da FASE em Jaboticabal (SP).

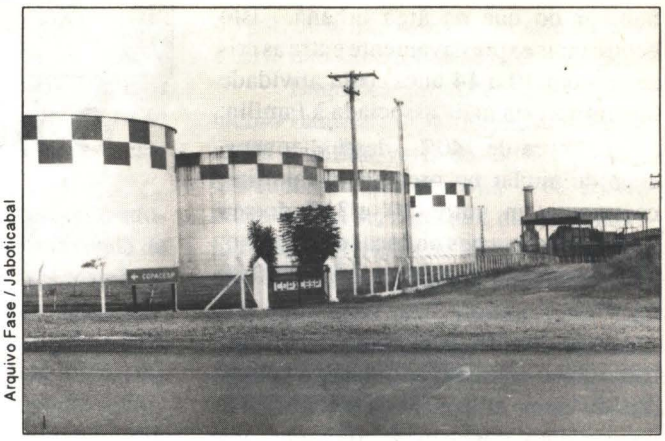
**Sociólogo, mestrando em Sociologia Rural da Unesp-Araraquara e técnico da Equipe da FASE em Jaboticabal.

las (adubos, herbicidas, fungicidas, etc.); e o metalúrgico, voltado ao aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho mais sofisticados (tratores, guinchos, colhedeiras, etc). Novas tecnologias potencializaram a produção e a produtividade, em detrimento do trabalhador e do universo social criado pela própria cultura de cana-de-açúcar.

Na parte agrícola, observam-se mudanças de diversas naturezas, como a implantação de guinchos mecânicos para carregamento de caminhões, a utilização de herbicidas, adubos e/ou corretivos, o surgimento de novas variedades de cana, mais adaptadas aos tipos de solo, proporcionando maior teor de sacarose, a utilização de maturadores (instrumentos da biotecnologia, pulverizados nos canaviais, que aceleraram a maturação, antecipando o momento de chegada ao teor de sacarose ideal) para facilitar o planejamento da safra, além da implantação do corte de cana queimada.

Na parte industrial, aprendeu-se a utilizar o vinhoto como fertilizante (antes era despejado nos rios, o que causava a morte de várias espécies aquáticas), descobriu-se o difusor (uma "caixa preta" que, em vez de espremer usa uma água química que retira a sacarose, sem esmagamento), tornando as velhas moendas obsoletas, implantou-se a informática - o que tornou a produção mais racionalizada e aumentou o domínio sobre o trabalho.

Consolidou-se na região um parque álcool-químico, com a utilização de diversos subprodutos, que vão desde a queima do bagaço como fonte de energia elétrica, até a fabricação de diversos tipos de álcool, passando pela produção de nafta e tendo como perspectiva a produção de plásticos biodegradáveis, a partir da cana. Estas inovações tecnológicas são as marcas do modelo de desenvolvimento que busca o crescimento econômico regional e constantemente são estampadas nos meios de comunicação como grandes feitos sociais. Todavia, é necessário observar que as transformações ocorridas na base produtiva trazem em si os germes de alguns dos problemas mais cruciais que vivemos.


Arquivo Fase / Jaboticabal

Em nome deste modelo de desenvolvimento econômico, presencia-se o agravamento das condições sociais de milhares de trabalhadores, que sofrem a imposição desta opção de desenvolvimento no campo, extremamente concentradora de terra, de renda e de poder político.

Nesta lógica de produção, a agroindústria necessita, para racionalização da produção, grandes extensões de área, próximas à unidade transformadora para o seu abastecimento constante, ininterrupto e em fluxo ideal. Não pode faltar matéria-prima para abastecer as indústrias. O processo produtivo deve ser ininterrupto, com coordenação entre capacidade de processamento industrial, para evitar perda de teor de sacarose constante, e fluxo de canas constante, a fim de assegurar a produtividade industrial. Isto só é obtido através de um planejamento amplo da produção agrícola, sob controle exclusivo do usineiro, circunstância que favoreceu a concentração da terra, fazendo com que os pequenos e médios produtores da região se afastassem do processo produtivo, passando a viver da renda da terra alugada aos industriais.

Nos anos 50, tempo longínquo mas que se mantém vivo na memória dos trabalhadores mais velhos e de idade mediana, trabalhava-se a meia, a terço, a empreita, ou então as tarefas eram executadas por colonos, cuja vida era difícil, mas não tão miserável, pois contavam com uma relativa estabilidade no trabalho e não enfrentavam as incertezas da sazonalidade.

A expansão da cana, de forma modesta nos anos 60 e mais intensiva a partir de meados da década de 70, com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), transformou não apenas a paisagem como também a forma de produção da riqueza.

Na sua expansão, a lavoura canavieira reproduzirá formas de produção que aumentam o lucro dos empresários, sem ter, em contrapartida, a participação dos trabalhadores nos resultados econômicos, enquanto crescem as desigualdades e a miséria e a sociedade como um todo é penalizada pela degradação do meio ambiente.

Gianne Carvalho / Imagens da Terra

Arquivo Fase / Jaboticabal

Ao lado das grandes agroindústrias, surgiram grandes bolsões de miséria, que forneceram um elemento fundamental ao crescimento e desenvolvimento delas: o trabalho.

Estes bolsões de miséria não existiam antes; cresceram na medida em que cresciam a cultura da cana, o trabalho assalariado temporário, os lucros empresariais e os elevados subsídios governamentais. O Estado empregou bilhões de dólares da sociedade, para a viabilização do Proálcool. Os subsídios ao setor precisam ser imediatamente repensados.

Outros nós: cidadania e direitos

O constante crescimento da cana-de-açúcar, por décadas seguidas, com todos os problemas advindos da concentração dos benefícios e socialização dos malefícios, acabou por formar uma "opinião pública" na região cada vez mais crítica em relação aos impactos sociais e ambientais da implantação da agroindústria sucroalcooleira.

Tanto a nível do senso comum dos trabalhadores como de outros setores sociais, existe um profundo questionamento quanto à forma de desenvolvimento adotada, em que a racionalização da produção, as péssimas condições de trabalho e a degradação das condições de vida tornaram-se objetos de reflexão crítica. Amplos segmentos sociais propõem como solução encaminhar ações concretas visando repensar e recriar as bases éticas, políticas, econômicas e culturais que sustentaram tal modelo de desenvolvimento.

Paulatinamente, problematiza-se de forma global o significado do desenvolvimento econômico-tecnológico adotado na região, como pode ser percebido nas recentes manifestações da sociedade regional.

A luta pela melhoria das condições de transporte dos trabalhadores rurais assalariados é um exemplo importante de como o descalabro social começa a ser enfrentado.

Desde a década de 60, os trabalhadores rurais assalariados da região de Ribeirão Preto (SP) têm enfrentado diversos problemas trabalhistas e sociais como a falta de registro em carteira, a inexistência de equipamentos de proteção individual (EPIs), prolongadas jornadas de trabalho (que chegam a até 12 horas diárias), e as difíceis condições de moradia e transporte (por terem sido expulsos do campo, residem em pequenas cidades ou periferias de cidades grandes, se deslocando diariamente para o trabalho nos canaviais).

Este deslocamento da cidade para o campo (muitas vezes, o local de trabalho está mais de 100 quilômetros distante do local de moradia) é feito em caminhões, sujeitando os trabalhadores a acidentes no percurso.

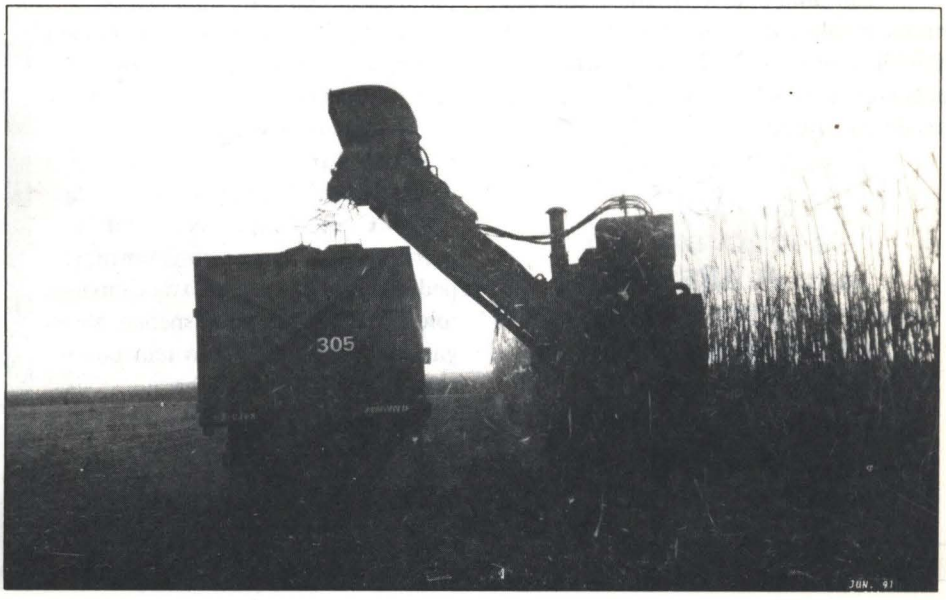
Amplos setores da sociedade começam a questionar os custos sociais e ambientais da agroindústria canavieira em São Paulo

Só para termos uma idéia da magnitude destes acidentes, somente na década de 1980 foram registrados 1 mil 375 acidentes, com 272 vítimas fatais e 1 mil 103 feridos.

Estes números dão conta apenas dos acidentes publicados na imprensa, e estão muito distantes dos números reais. Em outubro de 1990, a Equipe da FASE em Jaboticabal documentou, na forma de um dossiê, uma série de acidentes, como uma contribuição para o fim do transporte de trabalhadores em caminhão.

A Constituição Estadual promulgada em 1989 estabelecia em seu artigo 190 que: "O transporte de trabalhadores urbanos e rurais deverá ser feito por ônibus, atendidas as normas de segurança estabelecidas em lei"; e determinava no artigo 41 das Disposições Transitórias que "o cumprimento do disposto no art. 190 será exigido após doze meses da promulgação desta Constituição".

Portanto, os trabalhadores, tanto rurais como urbanos, deveriam ser



Arquivo Fase / Jaboticabal

transportados em ônibus a partir de outubro de 1990, cumprindo uma lei estadual, elaborada pela Assembléia Constituinte estadual.

Sem dúvida, tratava-se de uma lei avançada para o tão atrasado empresariado agrícola, acostumado a gerir seus bens sem nenhuma responsabilidade social. Habituados a trocar de trabalhadores como se troca de roupa, sempre que estes trabalhadores se acidentam, estes empresários agrícolas os substituem, passando o ônus de seus tratamentos ou pensões para o Estado, através primeiro do Funrural e posteriormente para o INPS. Por isso mesmo, nunca se preocuparam com a garantia de vida dos trabalhadores transportados em caminhões.

Para os trabalhadores e suas representações legítimas (sindicatos, partidos, etc.) e setores importantes da sociedade, como igrejas, jornalistas, prefeitos, promotores públicos, etc., esta conquista era fruto de uma década de denúncias. Durante todo esse tempo, haviam sido ceifadas as vidas de centenas de pessoas, e muitas outras, vítimas de acidentes, não puderam voltar para o trabalho. Porém, ainda era uma conquista aquém das necessidades dos trabalhadores, uma vez que não havia menção constitucional ao estado de manutenção dos ônibus e à qualificação do motorista.

A partir de outubro de 1990, o movimento sindical, junto com a promotoria pública de diversos municípios da região, passou a obrigar o cumprimento desta norma jurídica.

Em uma cidade de trabalhadores rurais assalariados, às seis horas da manhã dezenas de caminhões trafegam pegando os trabalhadores em seus pontos de embarque.

A luta pelo transporte dos trabalhadores em ônibus se afirma, embora ainda encontre grandes obstáculos

O impasse das negociações coletivas em São Pau

Entre 1984 e 1988, o movimento sindical procurou atrair os usineiros p a negociação através de mobilização e pressão. No entanto, desde que explodi oito anos atrás, em Guariba, toda a revolta dos assalariados rurais paulistas co a exploração patronal, os usineiros têm lançado mão da mecanização, das li negras e da repressão policial como estratégia de esvaziamento dos movime reivindicatórios.

Uma das principais respostas sindicais foi a criação de sindicatos específ de empregados rurais e da Federação de Empregos Rurais de São Paulo (Ferae em 1989, procurando incorporar, além dos cortadores de cana, operadores máquinas, mecânicos e tratoristas, que com o avanço da mecanização ganha espaço crescente no processo de produção e entrega da matéria-prima à indús

A transição da forma de representação institucional dos assalariados ru que implicou em ruptura com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Paulo (Fetaesp), visava recuperar a credibilidade dos trabalhadores na organiza das campanhas salariais pelos sindicatos, uma vez que as dificuldades de nego e fazer cumprir os acordos vinham desgastando esse procedimento. Procurava especial, responder a transformações tecnológicas que estavam sendo implem tadas pelos empresários, que alteraram a própria composição da força de traba

Um dos esforços dos sindicalistas foi também aprofundar a compreensã processo de trabalho e captar as novas reivindicações dos trabalhadores. A pa de 1989, as pautas de reivindicações receberam importantes inovações: a luta p reajuste mensal de salário, como resposta à crônica inflação, por exemplo; ma mais importantes mudanças procuraram responder a alterações no processo produção - pagamento por diária com 100% a mais para os trabalhadores no plan para o corte da cana suja e diária mais 50% para o "trabalhador da irrigação", p ficar em apenas três exemplos.

Naqueles meses do final de 1990, assustadoramente se presenciou uma súbita mudança: os caminhões foram substituídos por ônibus, alterando a paisagem urbana, e fazendo crer que era possível melhorar as condições de vida e transporte de milhares de trabalhadores. (Em muitos casos a troca não foi imediata, mas se estabeleceu um prazo para serem feitas estas mudanças.)

O patronato da cana e também da laranja (outra grande agroindústria da região), através da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) impetrou liminar, pedindo que o artigo 190 da Constituição Estadual fosse suspenso, alegando que o estado não tem competência para legislar sobre questões referentes ao trânsito, que seriam de alçada federal.

Novamente se presenciou uma grande mobilização, para demonstrar que o transporte em caminhão não é apenas uma questão técnica de transporte, mas também u questão de saúde, com laudo de médi idôneos, que afirmavam o caráter ins bre de tal transporte.

O leque de pessoas que assumi esta causa (transporte em ônibus) variado. Contava com representante

J. R. Ripper / Imagens da Terra

Contudo, a intensificação da mecanização da cana tornou-se uma variável política sob controle dos usineiros, aumentando o desemprego e desestimulando os movimentos. Foi inviabilizada a "greve por piquetes nas saídas das cidades-dormitórios". Os migrantes, que haviam sido um componente de resistência à ação sindical num primeiro momento, e que passaram a liderar as greves, após intenso trabalho dos sindicatos e da Igreja nas suas zonas de origem, como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e nos alojamentos, no interior de São Paulo, viram os usineiros, como reação, reduzirem a contratação.

Entre 1989 e 1992, as greves tiveram poucos resultados e, mesmo quando realizadas com força, enfrentaram a recusa intransigente dos patrões em negociar. Não há negociações diretas há quatro anos, apenas dissídios. Os usineiros alegam o não reconhecimento dos sindicatos de empregados rurais, argumentando que embora o artigo 8 da Constituição Federal assegure liberdade sindical, não existe ainda regulamentação para a criação de sindicatos cuja moldura escapa à atual estrutura sindical.

O ceticismo dos assalariados em relação aos resultados práticos das campanhas salariais vem afastando-os, a cada ano, do processo de negociação. As negociações coletivas entre usineiros e canavieiros têm-se caracterizado por impasses e algumas derrotas dos assalariados rurais. É nesta conjuntura que a luta pelo transporte em ônibus e contra a queimada da cana ganham expressão, mobilizando o interesse dos trabalhadores e permitindo articulações sociais amplas. Notam-se ainda sinais significativos de resistência ao trabalho por produção, que intensifica a pressão física e psicológica sobre os trabalhadores, e uma nítida preferência pelo pagamento por diária, o que, associado a outras lutas por mudanças, como o fim da queima da cana, permitiria criar novas configurações no cenário social e ambiental da economia canavieira paulista.

*(**Luiz Antonio da Silva**, Coordenador da Equipe da FASE em Jaboticabal, SP)*

inúmeros municípios, principalmente vereadores de diversos partidos políticos, deputados estaduais, agentes pastorais católicos e metodistas, o movimento sindical de assalariados rurais e de trabalhadores urbanos, estudantes secundaristas e universitários, enfim, os outros nós.

Aqueles que não tiveram a oportunidade de se manifestar diretamente estavam presentes, questionando - em um de seus aspectos - a forma perversa de desenvolvimento da região.

O STF (Supremo Tribunal Federal), no entanto, se posicionou contra o artigo 190 da Constituição de São Paulo, ou seja, concedeu a liminar, suspendendo este artigo até o julgamento do mérito, que até o presente momento não ocorreu.

Muitos proprietários de caminhão, que trocaram por ônibus, voltaram para os antigos caminhões, mas muitos com dúvida sobre o dia de amanhã mantiveram os ônibus, o que representa uma grande vitória, não só para os trabalhadores, mas para toda a sociedade.

Este episódio revela a enorme complexidade da construção de direitos capazes de assegurar melhores condições de vida aos assalariados rurais, a necessidade de construir aliança e lidar com a complexidade das instâncias estatais.

As queimadas da cana

O corte de cana queimada se generalizou em meados da década de 1970. Com ele, os empresários visaram potencializar o trabalho no momento da colheita.

"Queimar a cana" é pôr fogo em uma determinada área, visando eliminar as folhas secas, e muitas vezes as verdes também, facilitando o trabalho de corte, uma vez que não é necessário limpar a cana, ou seja, tirar estas folhas.

Neste caso, o fogo não é prejudicial à planta, desde que colhida em um prazo de 48 horas após a queima. A planta, ao ser queimada, não perde sacarose, ou seja, mantém o teor de sacarose necessário à fabricação do açúcar, do álcool e de outros subprodutos, como também não prejudica a muda que está embaixo da terra, possibilitando seu crescimento para o ano seguinte. Quanto ao desgaste do solo, os usineiros preferem repor os nutrientes através da quimificação.

Na safra 1992/93, mais de 600.000 hectares de área plantada vão ser novamente queimados, seguindo o ritual que se repete todos os anos. A fumaça sobe mais intensamente no final da tarde. É uma visão cotidiana: a fuligem se mistura ao ar, suja as ruas e as calçadas, embaça o horizonte. Coincidentemente ou não,

A adoção de inovações tecnológicas que tragam impactos sociais e ambientais deve passar pelo crivo da sociedade civil

no período da safra aumentam os problemas respiratórios da população.

As queimadas são proibidas por lei, desde a década de 60, como forma de proteger a natureza. O que se tem presenciado, porém, é que esta lei vem sendo sistematicamente desrespeitada. Os usineiros, através de seus prepostos em cargos políticos municipais, têm criado leis de âmbito municipal que aprovam a queima da cana.

O aspecto superexplorador do trabalho se concretiza na forma de pagamento dos trabalhadores, ou seja, os cortadores de cana ganham pelo que produzem e não por dia de serviço. Tentando explicar melhor: um trabalhador tem sua remuneração baseada em sua capacidade física de cortar cana. Portanto, se cortar mais, ganha mais. Esta é uma forma de pagamento encontrada nos primórdios do capitalismo, quando os trabalhadores não possuíam os mínimos direitos trabalhistas estabelecidos por lei, inclusive a duração da jornada de trabalho.

Como falamos anteriormente, a cana queimada aumentou a produtividade do trabalho, e especificamente a produção individual de cada trabalhador, fazendo crer, ao trabalhador menos atento, que o retorno da cana verde implicaria na redução de seu ganho.

Na realidade, a problematização da queima de cana, até aqui, passa por alguns aspectos muito importantes: a sua legalidade; as conseqüências tanto a nível da saúde do trabalhador como do meio ambiente; e a forma de pagamento do trabalho realizado.

A luta que se desencadeia na região de Ribeirão Preto possivelmente irá passar por dois caminhos diferentes: um, com a categoria dos assalariados da cana; e outro, visando atingir a sociedade civil, na busca pela hegemonia de concepção de modelo de desenvolvimento.

No âmbito dos assalariados rurais, enquanto categoria profissional diretamente envolvida no processo de trabalho, o movimento sindical realizou diversas reuniões e seminários para a discussão desta problemática e posicionamento dos trabalhadores. Nestas reuniões, compareciam também outros segmentos da sociedade civil, como advogados e promotores.

Evidenciaram-se claramente dois pontos:

1) havia uma forte disposição da promotoria pública de exigir o cumprimento da legislação (a lei estadual proíbe a queima de cana até 1 quilômetro de distância do perímetro urbano). Os promotores, porém, estavam abertos a buscar soluções que não prejudicassem os trabalhadores no que se refere aos salários e condições de trabalho; e

2) os trabalhadores não apresentavam resistência ao corte de cana verde, desde que se alterasse simultaneamente a forma de remuneração, ou seja, que o pagamento deixasse de ser feito por produção e passasse a ser feito por diária. Junto a isso, os trabalhadores reivindicavam equipamentos de proteção mais adequados e soro contra cobras, marimbondos e escorpiões.

No que se refere à atuação com a sociedade civil, travou-se um amplo debate, que envolveu, além da promotoria pública e do movimento sindical, diversas entidades ambientalistas e professores universitários, rompendo as amarras de uma luta corporativa e/ou meramente jurídica, para se transformar em um problema sócio-ambiental mais amplo.

A unificação destas duas linhas de trabalho ocorreu no final de 1991, quando diversas entidades (FASE, CUT, Feraesp-Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Sintaema-Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, MPD-Movimento do Ministério Público Democrático, Apperp-Assembléia Popular Permanente de Ribeirão Preto, Fepardo-Federação Pardo Grande de Entidades Ecológicas e outras) realizaram um grande seminário, amplamente divulgado na região, através de rádios, televisão, jornais, panfletos e cartazes.

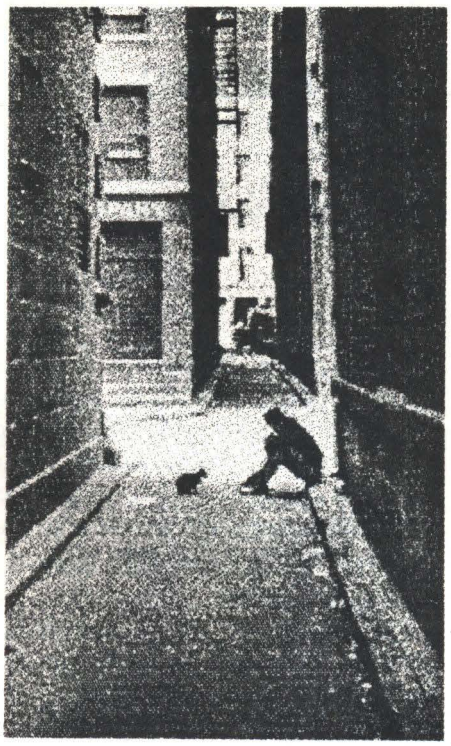
Foram as seguintes as resoluções do seminário:

1- moção dos participantes do Seminário contra a queimada da cana; 2- criação de um laboratório regional para controle de resíduos em alimentos; 3- aparelhar os órgãos de controle ambiental, especificamente de agrotóxicos; 4- divulgação da agricultura orgânica, fomentar e incentivar práticas de agricultura alternativa; 5- formação de um grupo para influir diretamente na composição do macrozoneamento, que está contemplado na Lei do Pardo como instrumen-

Para preservar o meio ambiente e parar a queima da cana, são necessárias profundas mudanças nas relações de trabalho

talização e gestão dos recursos hídricos, que está para ser regulamentada; 6- realização de ações integradas de fiscalização; 7- fiscalização dos recursos ambientais, e inclusive responsabilizar os órgãos da administração que se omitirem nessa fiscalização, tendo em vista que as leis existentes são boas mas não são cumpridas; 8- desencadear uma campanha sobre a concepção que se tem hoje sobre o uso da terra; 9- desenvolver ou ampliar o leque de forças da sociedade civil que questionam a agroindústria, seu caráter concentrador e suas implicações ao nível político, econômico e social; 10- que as novas formas de organização do trabalho, bem como a introdução de novas tecnologias, sejam socialmente acompanhadas, no sentido de que toda modificação do processo produtivo, processo de trabalho e incorporação de novas tecnologias seja discutida pela sociedade.

UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA
CESPI - Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância



O Centro de Documentação da CESPI/USU está preparando uma publicação na forma de um catálogo mapeando os produtores de conhecimento (indivíduos e instituições) que tenham informações na área da infância e da adolescência em situação de pobreza, com o objetivo de facilitar e agilizar o intercâmbio entre os mesmos. Os interessados devem entrar em contato com a CESPI no seguinte endereço:

Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
Rua Fernando Ferrari, 75
sala 403 - Prédio VI
22231 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.(021) 551-5542
FAX:(021) 551-6446

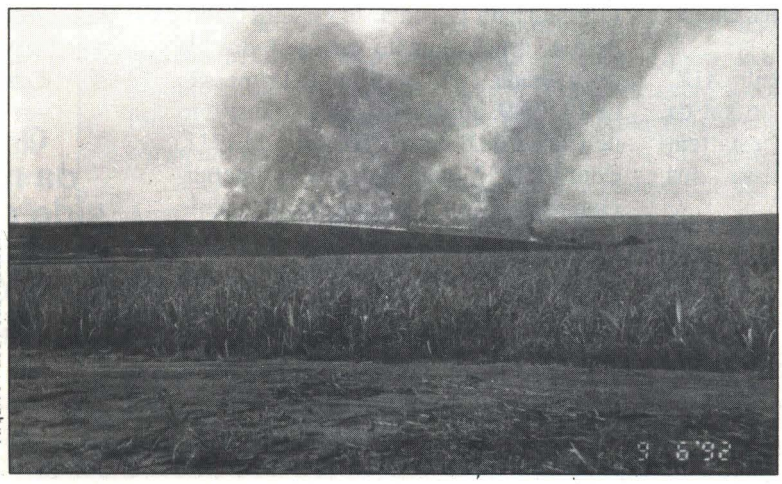
Corporativismo como limitação

A experiência da luta pelo transporte em ônibus, assim como a luta contra a queimada da cana, adquire um significado especial para pensarmos os movimentos sociais na região de Ribeirão Preto, porque demonstra como que as lutas, vinculadas a um segmento específico da sociedade, podem e devem ser ampliadas a outros setores sociais, adquirindo portanto maior possibilidade de se publicizarem e politizarem.

O transporte, enquanto demanda específica dos assalariados, não ultrapassaria a sua regulamentação em acordos e/ou dissídios, apesar das diversas lutas (inclusive grandes greves). O corporativismo, porém, tem se mostrado uma limitação à conquista de mudanças.

A queimada de cana só adquiriu maior impacto após ser problematizada como uma questão ambiental, mas também do trabalho, da produção e da distribuição da riqueza social, enfim, como uma questão que interessa ao conjunto da sociedade e que exige mediações mais amplas.

Sobretudo, as lutas que se desenvolvem nessa região caminham para o questionamento público do modelo de desenvolvimento, ainda que de forma embrionária. Porém, com firmes posicionamentos e reivindicando mudanças que equacionem os diversos segmentos sociais - excluídos das decisões empresariais - de abrangência no mínimo regional, na elaboração de alternativas que contemplam em última instância a construção da cidadania historicamente negada. ■



Arquivo Fase / Jaboticabal

Sul da Bahia - sociedade civil num chão de cacau

Josias Gomes da Silva e **Paulo Roberto Demeter***

Regiões monocultoras - notadamente no Brasil - são conhecidas pelo monopólio da terra e do poder pelas classes dominantes, cujo domínio freqüentemente se configura através do exercício de diferentes formas de violência. O sul da Bahia não é uma exceção. Lá, numa área de mata atlântica, estão plantados 750 mil hectares de cacau, que respondem por 90% da produção brasileira, a maior parte destinada à exportação.

Entre as unidades produtoras, 89% do número de estabelecimentos possuem 30% da área, enquanto 11% dos estabelecimentos controlam 70% da zona plantada de cacau. Nas extremidades, 41,78% das unidades têm menos de 10 hectares e retêm apenas 2,77%, enquanto 0,67% dos estabelecimentos tem mais de 1 mil hectares e controla 24,09% da área.

Conhecida como "terra dos coronéis", essa região formada por 92 municípios - quase todos economicamente dependentes do cacau - abriga cerca de 450 mil trabalhadores rurais assalariados, uma mão-de-obra não qualificada, sobrevivendo em péssimas condições. Destes, atualmente 250 mil trabalhadores encontram-se desempregados.

Desde o final do século XIX, quando a produção de cacau do sul da Bahia começou a se expandir, esta tem sido a situação da grande massa dos trabalhadores. Dependente do mercado internacional, a produção brasileira de cacau tem atravessado crises periódicas, que agravam as condições de vida dos trabalhadores, na medida em que os custos das crises são sempre repassados para eles. Esta é a situação atual.

A "crise do cacau"

As oscilações das cotações do cacau no mercado internacional exercem uma influência decisiva no "desenvolvimento" do sul da Bahia. Não se pode falar de uma "crise cíclica", uma vez que se trata de uma crise crônica, associada ao próprio modelo econômico que tem sustentado a região nos últimos 100 anos. Como economia dependente do mercado externo, as crises econômicas nacionais não causam efeitos tão devastadores quanto aqueles provocados pelas oscilações de preço no mercado mundial.

Historicamente, o Estado tem intervindo para subsidiar os grandes fazendeiros, especialmente em períodos de crise aguda, como na Grande Depressão de 1929/30, quando foi criado o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), que é de 1931, e em 1956/57, quando os preços internacionais do cacau baixaram drasticamente e foi fundada a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira). O Estado tem agido no sentido de socializar prejuízos com toda a sociedade e colaborar para a privatização dos resultados positivos, quando estes ocorrem.

No momento, os setores populares estão sendo cada vez mais ameaçados em sua sobrevivência, com níveis de desnutrição, mortalidade e contaminação por doenças infecto-contagiosas em ascensão. Os índices de analfabetismo na região estão bem acima da média nacional (20%), chegando em alguns municípios a 60% . Aumenta a criminalidade. A "crise do cacau" coincide desta vez - de forma bastante ameaçadora - com uma das mais fortes recessões dos últimos 40 anos na economia brasileira.

As baixas cotações do cacau no mercado internacional não serão, desta vez, um fenômeno passageiro, ao que tudo indica. O ciclo tende a se prolongar. As indústrias de chocolate da Europa e dos Estados Unidos estão encontrando outros produtos capazes de substituir o cacau como matéria-prima (o principal deles é o azeite-de-dendê, mais barato do que a manteiga de cacau). Além disso, as zonas produtoras de cacau do Terceiro Mundo incrementaram a produção nos últimos anos em níveis bem acima do crescimento do consumo de chocolate no Primeiro Mundo, promovendo o achatamento dos preços. Os estoques nunca estiveram tão altos (ver boxe).

Por outro lado, a importância do cacau na economia brasileira vem se reduzindo. Na década de 1960, chegou a ser o terceiro produto mais importante da pauta de exportações. Essa situação mudou radicalmente, e hoje o cacau é francamente secundário nas exportações brasileiras. Como "exportação tradicional", o cacau parece ter perdido, definitivamente, o espaço que um dia teve no mercado internacional de matérias-primas (*commodities*).

No Estado da Bahia, o cacau, que já respondeu por 40% da arrecadação de tributos, torna-se também um produto

O agravamento da miséria não tem sido mobilizador; pelo contrário, expõe ainda mais os trabalhadores às imposições patronais

* Técnicos do Programa Trabalho e Cidadania nos Complexos Agroindustriais, da FASE, atuando na Equipe de Itabuna (BA). Este texto baseia-se na monografia "Fórum Popular e Permanente Contra a Crise - os trabalhadores rurais da região cacaueira no processo de construção e afirmação de sua cidadania", apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Ambiental, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

secundário. No planejamento econômico do governo estadual, o cacau deixou de ser uma prioridade. O documento *Reconstrução e Integração Dinâmica* (Fundação Centro de Projetos de Estudo da Bahia, Salvador, 1991), no qual a atual gestão governamental explicita a sua política, exclui o cacau das três prioridades de desenvolvimento estadual, que são: química e petroquímica; metalurgia e minero-indústria; turismo e complexo agroindustrial. Neste último caso, aparecem com destaque papel e celulose (extremo sul da Bahia), a produção de grãos do cerrado e o setor de insumos agropecuários. O cacau está ausente. Não tem futuro como eixo dinâmico da economia baiana, na visão dos planejadores governamentais. Alguns municípios da região cacaueira aparecem como aptos ao desenvolvimento do turismo.

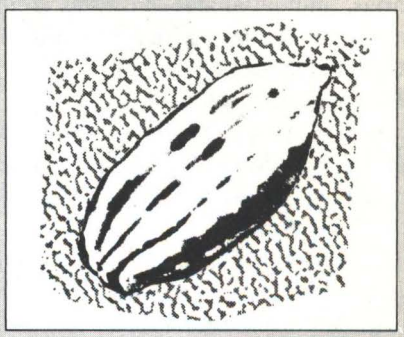
A produção brasileira cresceu nas últimas três décadas, chegando a 390 mil toneladas de cacau na safra 1988/89, graças principalmente à expansão da área plantada. Desde então, vem caindo. Na safra 1991/92 sofreu uma redução de 30%, com perda de produtividade, provocada por estiagem prolongada, não aplicação de insumos básicos e declínio da assistência técnica governamental aos produtores, especialmente aos pequenos e médios. Os baixos preços praticados no mercado internacional desestimularam os fazendeiros a continuar com tratos fitossanitários. Além disso, o ressurgimento da "podridão parda" teve papel decisivo na queda recente da produção, expondo a vulnerabilidade da lavoura cacaueira em tempo de "crise". Há ainda uma ameaça potencial aos cacauais baianos: a doença vulgarmente conhecida como "vassoura-de-bruxa", ainda com pouca incidência, está causando apreensão, em função dos prejuízos que causou na Amazônia brasileira, Venezuela, Equador e outros países.

O mercado internacional do cacau

Em maio de 1992, o cacau foi cotado a 900 dólares a tonelada nas bolsas de *commodities* internacionais. Era o mais baixo preço alcançado nos últimos 15 anos. Mais recentemente, devido à seca na África Ocidental, as cotações subiram a 1 mil e 200 dólares. De qualquer modo, continuam muito abaixo das médias das últimas décadas. E não há perspectiva de melhorias a vista. Os estoques mundiais de cacau são os mais altos de todos os tempos.

Isso ocorre porque as empresas de moagem e industrialização do cacau têm estimulado o cultivo em todas as regiões produtoras do mundo - África Ocidental, América Latina e Ásia.

A Costa do Marfim é o maior produtor mundial, vindo em segundo lugar o Brasil. Na África Ocidental, o cacau é produzido principalmente por pequenos cultivadores. No Brasil, a maior parte da produção é de grandes fazendeiros, embora também haja pequenos produtores de cacau no sul da Bahia (apenas um quinto da produção baiana vem dos pequenos agricultores). Na Malásia e na Indonésia, a produção vem crescendo rapidamente nos últimos anos, abalando a posição de tradicionais países produtores, como o Brasil e os países africanos. Lá, a produção é em grandes propriedades e baseada em brutal exploração da força de trabalho, assegurada por regimes políticos autoritários. A produtividade da Malásia e Indonésia é muito alta (530 quilos de cacau por hectare, contra 250 quilos na África Ocidental), mas o cacau asiático é de baixa qualidade. Contudo, as empresas de moagem e industrialização estão mesmo interessadas em quantidade. O cacau de melhor qualidade do mundo é produzido em Gana, na África, por pequenos agricultores.



As tentativas de estabilizar o preço internacional do cacau fracassaram. A ICCO (Organização Internacional do Cacau e Chocolate), criada em 1960 pelos países produtores, conseguiu dar alguma estabilidade aos preços somente no período 1983-84. De lá para cá, as multinacionais provaram que são mais fortes que os produtores. Estimularam a produção e fizeram o preço do cacau cair, barateando os seus custos.

A produção mundial do cacau atingiu 2 milhões de toneladas por ano, e tende a crescer nesta década para 2,5 milhões. A produção tem crescido principalmente na Ásia - 450% de ampliação da área plantada na Malásia e 600% na Indonésia, entre 1975 e 1982.

As multinacionais estão ainda investindo em biotecnologia, para encontrar outras matérias-primas capazes de substituir o cacau na fabricação do chocolate, tornando-se assim ainda mais imunes às pressões dos produtores.

Um mercado agrícola internacional, porém, não pode ser compreendido somente pela ponta da produção. As indústrias de moagem e industrialização do cacau, produtoras de manteiga de cacau e chocolate, estão localizadas principalmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, onde seus produtos são comprados pelos consumidores.

O Brasil também é produtor de chocolate para o seu próprio mercado nacional. Aqui, estão instaladas empresas multinacionais, como a Nestlé, que tem 17 fábricas no país. Entre os países produtores, o Brasil é um dos poucos que também processa industrialmente o cacau. Mas os grandes consumidores de produtos oriundos do cacau estão no chamado Primeiro Mundo. A África consome só 3% do cacau que produz; a América Latina, 7%, e a Ásia, 9%. Pequenos produtores de cacau da África Ocidental jamais experimentaram uma barra de chocolate (Fontes: TIE, "A Fábrica Mundial de Chocolate", e Fórum Popular Permanente contra a Crise do Sul da Bahia).

Nasce uma nova sociedade civil

Toda essa situação coloca em questão o modelo de desenvolvimento do sul da Bahia - e ameaça um conjunto de setores sociais, tanto do campo popular quanto das classes dominantes, em sua própria sobrevivência e continuidade. Em torno das alternativas à crise, trava-se uma acirrada disputa. Antes de entrarmos na discussão desses embates, porém, é necessário uma palavra sobre a própria problemática da representação dos atores sociais.

Nos últimos 10 anos, a região cacaueira vivenciou o desabrochar de grupos e organizações populares, comunitárias, ambientalistas, culturais e sindicais, que apontam para a constituição de uma sociedade civil popular dinâmica ao nível regional, colocando em cheque o monopólio do poder, da cultura e das alternativas econômicas pelas classes dominantes.

Esse é um fenômeno novo, associado ao processo recente de democratização do país, mas que possui também uma dinâmica própria ao nível regional. O ator sindical - os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Central Única dos Trabalhadores/Regional Cacaueira - , como mediadores dos interesses da mais importante parcela de trabalhadores da região, adquire um papel muito importante neste processo. Mas estes sindicatos estão sendo profundamente questionados em suas idéias e práticas pelo aprofundamento da "crise do cacau". A superação do corporativismo parece ser um passo indispensável a uma resposta sindical adequada à magnitude das dificuldades.

Arquivo Fase / Itabuna

Os problemas de representação, no entanto, não se restringem ao campo popular. Também as classes dominantes os enfrentam. Os fazendeiros sobreviveram durante as últimas décadas representados por duas entidades que poderíamos chamar de "para-estatais" - o Conselho Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC) e a Federação de Agricultura do Estado da Bahia (Faeb), ambas com poder de representação política debilitado, em função do enfraquecimento do modelo de corporativismo estatal, com os correspondentes subsídios às classes dominantes, que marcou as últimas décadas, especialmente durante o regime militar.

O CNPC é uma entidade ambígua, pois seria um órgão de representação de interesses dos proprietários fundiários da lavoura cacaueira e, ao mesmo tempo, teve durante muitos anos o seu orçamento vinculado à Ceplac, órgão do governo federal, criado justamente para responder a uma das "crises do cacau", através de apoio financeiro e técnico aos grandes fazendeiros, que desde então sempre controlaram a direção da Ceplac. Além disso, a representatividade do CNPC está sendo questionada pelas empresas exportadoras de cacau. Estas se organizaram em torno da Associação Brasileira de Cacauicultores, entidade privada sediada em Salvador, que associa um pequeno número de empresas mas tem um enorme poder de fogo no mercado do cacau, devido a uma ampla rede de informação internacional e à compra do cacau na flor, exercendo grande controle, especialmente sobre os pequenos e médios produtores.

J. R. Ripper / Imagens da Terra

Fortaleceram-se nos últimos anos a Associação dos Funcionários da Ceplac, a Sociedade dos Técnicos Agrícolas do Cacau, a Sociedade dos Engenheiros Agrônomos do Cacau e o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal da Bahia. Desde 1979 realizam reivindicações salariais e também têm procurado apoiar os técnicos no sentido de manter a assistência aos pequenos e médios produtores. As direções da Ceplac, dominadas por fazendeiros, têm demitido sindicalistas. O governo federal está propondo a extinção da Ceplac, enquanto o Conselho de Entidades Representativas dos Funcionários defende a transformação do órgão em um centro de planejamento do desenvolvimento regional, visando a promoção de transformações econômicas e sociais na região.

O ator sindical

Quanto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, apesar de terem ampliado a prestação de informações aos assalariados rurais sobre direitos trabalhistas, e incentivado as denúncias sobre o não cumprimento da legislação pelos patrões, terminaram por constatar que a categoria aceita remunerações abaixo dos padrões legais e condições de trabalho leoninas, impostas pelo patronato. Tudo isso devido à falta de alternativas para sobrevivência.

Paulatinamente, o sindicalismo de trabalhadores rurais foi percebendo que essa conjuntura de "crise do cacau", aliada à recessão na economia nacional, reduzia a eficácia de seus métodos tradicionais de organização, mobilização e luta. Além disso, o agravamento da miséria não tem se mostrado mobilizador; pelo contrário, incrementa as necessidades e coloca os trabalhadores ainda mais sujeitos às imposições patronais. Demissões em massa ocorrem com freqüência, dificultando o tipo de mobilização para a qual os sindicatos se prepararam nos últimos anos - as campanhas salariais.

Neste quadro, as estratégias de enfrentamento trabalhadores x patrões oferecidas pelas práticas habituais do movimento sindical se mostraram insatisfatórias. Continuam necessárias, mantêm a sua relevância, mas são totalmente insuficientes. Deste modo, o sindicalismo de trabalhadores rurais do sul da Bahia começa a se inserir num debate antes inteiramente dominado pelas classes dominantes - o debate sobre os rumos do desenvolvimento regional. Um debate para o qual os sindicatos e a CUT encontram-se despreparados, mas que ingressa na agenda político-sindical com importância crescente. A intervenção nos embates sobre a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento regional tornou-se tão importante - ou até mesmo mais importante - do que a defesa de maiores salários e melhores condições de trabalho, pois a renda dos trabalhadores depende cada vez mais de sua intervenção organizada nos processos de crise/reestruturação dos complexos econômicos.

Fórum popular contra a crise

A partir da percepção de que os trabalhadores necessitavam se tornar atores presentes na redefinição de rumos para o desenvolvimento regional no sul da Bahia, os sindicatos começaram a se aproximar de outras entidades da sociedade civil que surgiram na região durante os últimos anos, procurando "costurar" o tecido de uma sociedade civil popular. Afinal, está em disputa quem terá a hegemonia na redefinição das estratégias de desenvolvimento regional.

Articulou-se, então, o Fórum Popular e Permanente contra a Crise - a mais expressiva forma de articulação popular existente hoje na região. O fórum surgiu a partir da reunião de um grupo de entidades populares e de educação popular, em fins de 1990, para analisar os fortes impactos do Plano Collor I sobre a população pobre da região. Uma das linhas prioritárias de trabalho do fórum, cujas bases foram lançadas já no início de 1991, é a questão da análise, debate e proposição de alternativas de desenvolvimento. Na agenda do fórum, estão questões tais como a formação histórica regional; a economia cacaueira e suas vinculações nacionais e internacionais; o diagnóstico atual e as perspectivas da produção do cacau, que ainda é a principal atividade econômica da região; ação do sindicalismo de trabalhadores rurais num momento de crise de projeto dos movimentos sociais.

Seminários, encontros e eventos tendo como foco a questão do desenvolvimento regional, que se realizavam sem a presença de representantes dos setores populares, passaram a contar com a presença de novos atores da sociedade civil.

A coordenação provisória do fórum foi formada pela FASE, CUT/Regional Cacaueira, CPT/Diocese de Itabuna e Cimi (Conselho Indigenista Missionário). O fórum se inseriu no processo de articulação da sociedade civil popular no sul da Bahia, iniciado no final dos anos 70, enquanto uma nova forma de organização societária. Mobilizou discussões em dezenas de municípios da região. A partir de julho de 1991, porém, a experiência do fórum começou a perder fôlego.

Essa constatação levou a coordenação provisória a novas reflexões. Em primeiro lugar, no sul da Bahia experimenta-se hoje um verdadeiro processo de construção de uma sociedade civil. Não havia experiência anterior semelhante que pudesse ser "revitalizada". Os desafios, portanto, são inéditos - são desafios de novas experimentações sociais, em resposta a uma crise histórica particular.

A contribuição sindical a essa nova forma de articulação societária é afetada pelo calendário próprio do sindicalismo, o investimento das lideranças em congressos e na sua agenda própria de ação política. Além disso, nem todas as lideranças sindicais ainda estão plenamente convencidas da necessidade de ampliar sua atuação para além da esfera dos enfrentamentos capital x trabalho. A ex-

J. R. Ripper / Imagens da Terra

Os trabalhadores rurais começam a se inserir num debate até hoje dominado pelas classes dominantes: o desenvolvimento regional

periência vivenciada mostrou também que as lideranças sindicais nem sempre estavam dispostas a dividir o poder de decisão com lideranças extra-sindicais. Apesar das dificuldades, os encontros, seminários e estudos continuam. Trata-se de inventar novas formas de encarar os problemas e articular respostas amplas por parte da sociedade civil popular.

Três eixos centrais de reflexão estão sendo atualmente trabalhados pelo Fórum: o papel do Estado - o poder público está ausente na região, reclama-se uma ação pública do Estado para enfrentar as questões sociais; o debate sobre os meios de comunicação - a comunicação das organizações populares para as classes subalternas tem sido fundamentalmente escrita, enquanto a classe dominante local controla dezesseis rádios e dois canais de televisão, numa região marcada pelo analfabetismo (!); as alternativas de desenvolvimento regional, debate no qual a questão ambiental emerge como um dos aspectos a serem considerados (ver boxe).

Nesta nova perspectiva, o trabalhador rural emerge como cidadão e novos temas ingressam na agenda do movimento sindical - o conjunto dos aspectos que configuram a cidadania, entre eles a participação no desenvolvimento, as condições de saúde, a erradicação do crônico analfabetismo existente na região (parte da expropriação dos trabalhadores, que não é apenas sócio-econômica, mas também educacional e cultural), e muitos outros aspectos, que começam a ser enfrentados. ■

Desenvolvimento e questão ambiental

Uma das linhas de confronto nas respostas à atual "crise do cacau" e às perspectivas de desenvolvimento regional aparece entrecruzada com a questão ambiental.

No dia 26 de janeiro de 1992, 32 entidades sindicais, ambientalistas, de educação e desenvolvimento, e partidos políticos, formaram o Fórum Bahia para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Várias entidades participantes do Fórum Popular e Permanente contra a Crise se inseriram neste processo. O Fórum Bahia teve importante presença no Fórum Global da Rio-92. Essa iniciativa levantou o debate sobre a questão ambiental na região cacaueira, onde somente no final dos anos 80 é que se formaram as primeiras entidades ambientalistas: Grama (Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente), em Itabuna; Papamel (Grupo Ecológico Humanista), em Ipiaú; Boto Negro, em Itacaré; e Grupo Vida, em Pau Brasil.

O cacau é um produto que precisa de clima quente e úmido. Por isso mesmo, a região onde é possível produzi-lo situa-se próximo à linha do Equador. Para se desenvolver bem, os pés de cacau precisam de uma combinação de calor e sombra. Desse modo, o cacau cresce embaixo de florestas tropicais, como a Mata Atlântica do sul da Bahia. Assim, o cultivo do cacau pode estar articulado à preservação da floresta.

Outra questão vinculada à produção do cacau que possui sérias implicações ambientais é a utilização de agrotóxicos, estimulada durante muitos anos por multinacionais e por organismos governamentais.

Aproveitando a introdução da questão ambiental no debate público, o grupo de fazendeiros tradicionais ligado ao CNPC também resolveu entrar no debate. Atrás do retorno dos subsídios governamentais aos grandes fazendeiros, que desde 1957 e especialmente durante a ditadura militar beneficiaram e ajudaram a reproduzir o seu poder econômico e político, hoje debilitado, esses fazendeiros estão defendendo posição segundo a qual a "crise do cacau" pode levar à substituição dos cacauais por pastagens, naquilo que seria um desastre ecológico, com a destruição da Mata Atlântica que abriga a produção do cacau. A solução seria subsidiar os grandes fazendeiros, proprietários de imensas áreas na região, de modo a garantir a preservação da floresta (ver, a propósito, o texto de Max Menezes, "Sudeste da Bahia, a instabilidade econômica da cacauicultura ameaçando a Mata Atlântica", in *Ecossistema florestal do sudeste da Bahia*, CNPC, Itabuna, 1991).

As entidades populares da sociedade civil classificaram esse ponto de vista de "eco-oportunismo". Afinal, separa a questão ambiental da questão social, ao se omitir completamente sobre as formas de exploração a que os trabalhadores estão submetidos. Além disso, esses mesmos fazendeiros estimularam o uso de agrotóxicos e muitos deles foram mentores da estratégia de substituição da floresta atlântica pela eritrina, uma árvore exótica, introduzida no sul da Bahia pela Ceplac nos anos 60 e 70, como parte de um pacote tecnológico que visava romper com o costume regional do plantio do cacau embaixo da própria mata. O "raleamento de sombra" associado a esse processo provocou e provoca grande devastação da Mata Atlântica na região.

Há ainda problemas ambientais urbanos. Há grande quantidade de lixo na beira das estradas e dos cursos de água, ameaçando a saúde sobretudo dos pobres. Torna-se necessário um amplo programa de educação ambiental, recolhimento e tratamento do lixo.

Seja como for, a questão ambiental tornou-se parte da discussão sobre as alternativas de desenvolvimento regional. A capacitação dos trabalhadores rurais e da sociedade civil popular como um todo para enfrentar essas discussões está apenas começando, mas ao que tudo indica será um processo duradouro.

Violência e marginalidade no complexo sucroalcooleiro: Alagoas e o Nordeste

Geovani Jacó de Freitas*

A construção da cidadania dos trabalhadores do complexo sucroalcooleiro do Nordeste tem nas lutas sociais de Alagoas um caso extremamente importante para análise, reflexão e ação educativa. O Estado de Alagoas continua dominado por oligarquias ligadas ao governo central que procuram perpetuar a apropriação privada dos fundos públicos e a total dominação política dos marginalizados, impondo-se pela violência. Para as entidades sindicais e as organizações não-governamentais, a democracia formal ainda é uma conquista a ser assegurada no mundo oligárquico dos canaviais alagoanos e nordestinos. Novas estratégias começam a ser formuladas pelos atores populares da sociedade civil, colocando a questão do combate à violência e da luta pelos direitos humanos como indispensáveis à melhoria das condições econômico-sociais dos trabalhadores.

Salvando os privilegiados

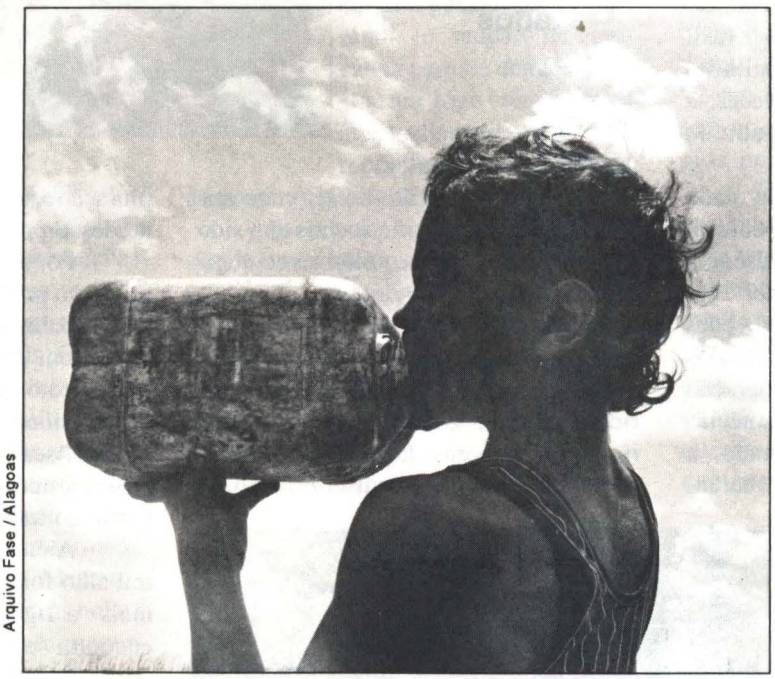
Desde a década de 1970, o setor sucroalcooleiro tem conhecido um acelerado processo jamais visto de concentração e acumulação de capital, com apoio intensivo do Estado. Os impactos, processados ao longo destas últimas décadas, não só permitiram ao complexo agroindustrial canavieiro incorporar inovações tecnológicas e melhoria do processo de produção agrícola e industrial, como representou o próprio reordenamento do capital no setor, com a expansão das atividades agroindustriais da cana para os tabuleiros costeiros de todo o complexo canavieiro do Nordeste (SE, AL, PE, PB e RN), antes considerado tecnicamente inviável para a lavoura canavieira. Além desse aspecto, é importante observar que as áreas de atividade canavieira têm se expandido para o Centro-Oeste brasileiro e também para as áreas do Vale do Rio São Francisco.

Esse reordenamento trouxe um novo mapa ao perfil do setor no Nordeste, configurado hoje em dois segmentos: os mais descapitalizados - aqueles tradicionalmente produtores, situados na Zona da Mata, caracteristicamente de solos irregulares e com poucas possibilidades de incorporação de tecnologias modernas; e setores modernos, situados nos tabuleiros costeiros, onde as inovações tecnológicas vieram para ficar, pela própria capacidade física da região adequada à mecanização e quimificação do processo produtivo, hoje tendo, ao sul de Alagoas, o setor de ponta do complexo.

Todo este processo de descapitalização de um segmento do setor, simultâneo a um processo de deslocamento e concentração de capital para um segmento de ponta, é o que podemos categorizar como a crise/reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro.

Este processo estratégico do capital tem configurado reações combinadas dos dois setores que, em bloco, têm pressionado o governo por recursos públicos para sua auto-sustentação, engendrando-se disto o já conhecido "discurso da crise canavieira", que, na verdade, termina por colocar a sociedade, através do governo central, financiando tanto o processo de reestruturação quanto a sobrevida dos setores tecnologicamente inviáveis para os novos padrões da modernização. Tudo isso representa uma tentativa de perpetuar a "modernização conservadora".

O exemplo dessa rapinagem foi o acordo firmado entre o setor e o governo Collor, no primeiro semestre de 1992, que culminou com a liberação, pelo Banco do Brasil, de recursos na ordem de



Arquivo Fase / Alagoas

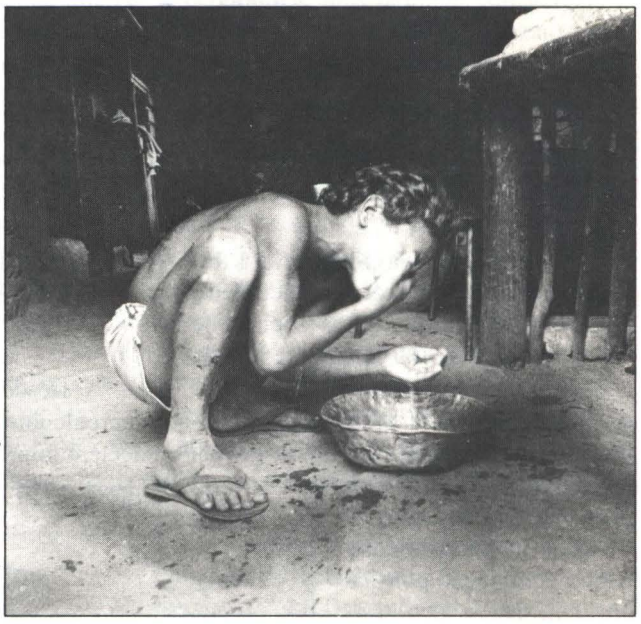
* Sociólogo, mestrando em Sociologia Rural na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), técnico da Equipe da FASE em Maceió (AL) e membro do Núcleo de Políticas Públicas e Poder Local da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Colaboraram na elaboração do artigo Orlando Falcão, coordenador regional Nordeste da FASE, e Josefa Alves Lopes de Barros, membro da Equipe da FASE em Maceió.

A luta pelos direitos humanos deve estar no centro da ação pela cidadania dos trabalhadores canavieiros do Nordeste

Cr$ 250 bilhões, postos à disposição dos plantadores e fornecedores de cana, com o objetivo de renegociar as dívidas do setor e renovar o custeio da lavoura.

O Estado de Alagoas foi beneficiado com recursos da ordem de Cr$ 100 bilhões. Dessa negociação, resultou também a rolagem da dívida dos fornecedores - mais de Cr$ 50 bilhões - e da dívida das usinas, com prazos de até 10 anos para refinanciamento. Já em fevereiro deste ano, o Banco do Brasil efetuou o pagamento de US$ 88 milhões a um consórcio de bancos ingleses, a título de saldar um empréstimo contraído pelas usinas alagoanas.

O tratamento privilegiado dado pelo governo ao setor tem dois aspectos a serem destacados. Primeiro, a ausência de uma política oficial, de caráter efetivamente público e transparente. Ações casuísticas e clientelistas marcaram as atitudes do governo central na liberação de recursos para saneamento financeiro dos empresários do setor. Segundo, a crise parece atingir apenas os trabalhadores. Acrescente-se ainda o fato de a maior parte dos recursos financiados pelo governo não terem sido aplicados na própria atividade agroindustrial canavieira, uma vez que os empresários continuam num processo de diversificação e deslocamento de capitais do setor sucroalcooleiro para novos ramos, como o hoteleiro, o imobiliário, investimentos voltados à pecuária intensiva, e ao setor financeiro, entre outros. Tratou-se, na verdade, de uma operação de salvamento da elite agroindustrial alagoana. Neste sentido, o governo Collor trouxe uma forte marca de continuidade com a ditadura militar: continuou financiando a "modernização" das oligarquias.



Arquivo Fase / Alagoas

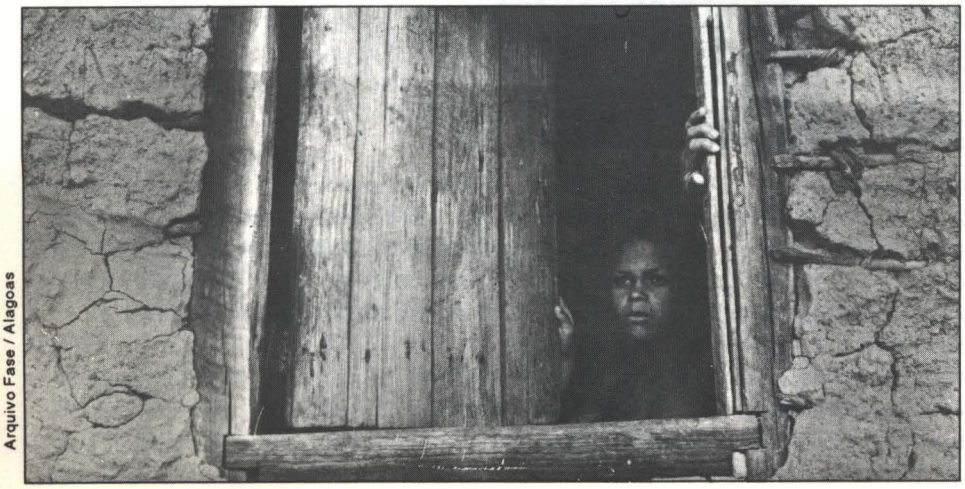
"Coronéis transfigurados"

Com as mudanças tecnológicas no contexto da crise/reestruturação do setor, os impactos agroecológicos e sociais têm sido significativos. Os desequilíbrios ecológicos têm-se dado pelo intenso desmatamento verificado nos últimos anos, associado aos impactos sobre os ecossistemas aquáticos de Alagoas, um dos mais ricos da região. Verificam-se a morte dos rios e das famosas lagoas, em conseqüência do despejo indiscriminado da calda das usinas e do uso pouco racional de agrotóxicos na lavoura.

Impactos sociais bastante sérios têm sido verificados nos aspectos da regulação do mercado de trabalho, rebaixamento dos níveis de remuneração, exigência crescente de qualificação da mão-de-obra, aumento da subcontratação, diminuição dos postos de trabalho e intensificação da sazonalidade, superexploração e, conseqüentemente, alto índice de desemprego.

Por outro lado, a quimificação do processo produtivo da cana tem exposto os trabalhadores a altos riscos à sua saúde, em conseqüência dos contatos com agrotóxicos, sem que haja um controle racional nem tampouco uma legislação e fiscalização de saúde pública, que possam diminuir os impactos sobre a saúde do trabalhador.

Além disso, as antigas relações de trabalho foram desfeitas. Hoje, não há mais a figura do "dono de engenho"; encontra-se em processo de desaparecimento a figura do usineiro: em seu lugar, tende a se impor a presença da empresa monopolista e seus tecnocratas. No lugar do velho "morador", está a cana; no lugar do sítio, há a agrovila e ou os decrépitos galpões para os trabalhadores do sertão alojarem-se no período de safra. Há, enfim, um novo modo de se morar: as cidades dormitórios e as periferias das cidades da região. Em conseqüência, entrou em cena um imbricamento de

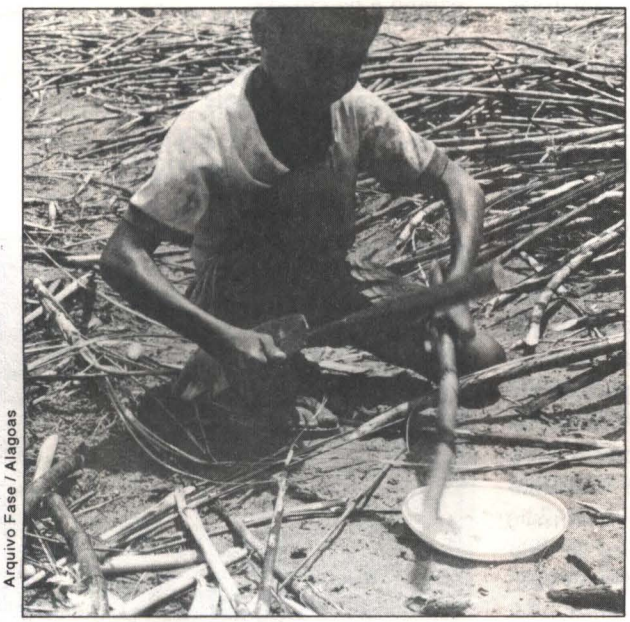


Arquivo Fase / Alagoas

múltiplas identidades sociais dos trabalhadores.

Num profundo processo de exclusão/marginalização, morando na cidade, trabalhando temporariamente na lavoura, ou morando nas fazendas, todos estão duplamente submetidos a múltiplas lógicas de sobrevivência e exploração. Ninguém é mais o mesmo.

Esta reordenação tem colocado



Arquivo Fase / Alagoas

novos desafios para a organização dos atores sociais populares ligados ao complexo. De um lado, as transformações estruturais têm significado novas estratégias do capital, entre as quais a total desagregação das antigas relações sociais e de produção; por outro lado, no plano dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores, observam-se as mesmas concepções autoritárias e atrasadas dos empresários que, paradoxalmente, podem ser classificados de "novos coronéis transfigurados" - reciclados, adaptam-se a um novo modo de lidar com os novos processos de produção, embora mantenham os mesmos vícios com relação aos fundos públicos para sustentação de suas atividades privadas e mantenham os mesmos modelos de acumulação perversa, onde os direitos, sobretudo os direitos trabalhistas e políticos mínimos, estão longe de ser uma realidade. Na verdade, impera no interior dos canaviais o cerceamento permanente da liberdade política da expressão na sua forma mais brutal possível.

Limites das campanhas salariais

Em 1979, em plena emergência da retomada das lutas sociais dos trabalhadores brasileiros, ressurgiram iniciativas de lutas dos assalariados da cana em Pernambuco voltadas para a reorganização das relações de trabalho e de outros direitos conquistados pelos trabalhadores. Fortes campanhas salariais envolveram um grande número de canavieiros, uma boa parte, na época, ainda residente nos engenhos.

A partir dessas experiências, a Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco) e a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) encarregaram-se de difundir o modelo de campanha para os demais estados, que logo começaram a montar as suas pautas de reivindicações e articular campanhas salariais.

Apesar da importância que têm desempenhado essas campanhas salariais para a própria organização e construção da identidade política dos canavieiros no complexo agroindustrial canavieiro do Nordeste, elas não estão sendo instrumentos eficazes de mobilização e de acúmulo de forças dos trabalhadores e suas organizações no enfrentamento e disputa de hegemonia nos novos processos reorganizativos do setor.

As mais recentes campanhas salariais dos canavieiros no Nordeste demonstraram seus limites atuais para responder às demandas colocadas por um conjunto de novos fatores articulados processualmente no bojo da modernização do complexo.

Na verdade, as campanhas passam a ser incorporadas pelo atores sindicais do complexo como verdadeiros rituais cíclicos, enquanto decresce, a cada ano, o nível de participação dos trabalhadores. O que torna evidente, como pressuposto básico, a necessidade urgente de os movimentos organizativos dos assalariados rurais do complexo sucroalcooleiro do Nordeste pensarem novas estratégias e propostas de organização, notadamente a organização, concepções e práticas sindicais, associadas a novos conteúdos para as campanhas.

No atual processo de marginalização social dos canavieiros, tem-se como hipótese que os assalariados volantes representam a maior parcela dos trabalhadores da cana-de-açúcar no Nordeste. Vivem nas "pontas de rua" e trabalham em várias empresas de diferentes municípios, em diferentes Estados.

Esses trabalhadores estão praticamente excluídos da vida sindical, embora, no atual recorte do mercado de trabalho do complexo, sejam numericamente hegemônicos. Isto traz ao debate a atual estrutura sindical de base territorial municipal, associada ao conteúdo e horizontes das práticas sindicais em curso, que não incorporam as demandas colocadas por esse contingente de trabalha-

Arquivo Fase / Alagoas

Arquivo Fase / Alagoas

dores. Ao se analisar o conteúdo das convenções e dissídios coletivos dos últimos anos, estes estão voltados fundamentalmente para garantir direitos trabalhistas aos trabalhadores permanentes.

Parte-se, portanto, da problemática de que o movimento sindical rural ainda não incorporou a perspectiva de que as ações sindicais não devem estar adstritas aos trabalhadores permanentes e que, por isso mesmo, o maior número de cláusulas normatizadas e acordadas nas convenções coletivas não atendem aos interesses da maioria dos trabalhadores do setor, hoje.

Fórum Contra a Violência

Estas inquietações atuais tendem a indicar múltiplos desafios a todos os atores sociais populares presentes nas relações cotidianas do complexo agroindustrial sucroalcooleiro.

No conjunto dessas relações, situa-se a intervenção da FASE na perspectiva de contribuir na construção de processos participativos e democráticos de fortalecimento da organização dos trabalhadores canavieiros do Nordeste.

Em sua perspectiva de trabalho, a FASE tem buscado incorporar desde a crítica do desenvolvimento do complexo sucroalcooleiro, até a problemática de organização e representação dos sujeitos sociais envolvidos em processos de estruturação de novos valores, articulações e alianças.

Nesta perspectiva, tem-se como desafio buscar os sentidos mais profundos dos conteúdos e das expressões das lutas e das formas de organização desses novos sujeitos, buscando aprofundar a compreensão do atual jogo de forças.

Várias são as iniciativas que estão sendo construídas em conjunto com vários atores sociais no interior do complexo agroindustrial canavieiro. Procuram-se respostas estratégicas a estas questões. Uma das iniciativas foi a formulação da pesquisa "A quem interessa as Campanhas Salariais do Nordeste?", gestada a partir de um processo de discussão, que envolveu um coletivo regional de entidades, coordenado pelo Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais da CUT, CPT (Comissão Pastoral da Terra), Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags), FASE e outras entidades.

Em Alagoas, neste momento, foram criados grupos de debatedores plurais, no sentido de aprofundar as várias dimensões das relações presentes no complexo sucroalcooleiro, as demandas dos novos atores sociais e suas potencialidades e como elas se relacionam com as estratégias e iniciativas de lutas de resgate da cidadania. As campanhas salariais são, assim, retomadas como um dos instrumentos de luta pela cidadania, não mais como um fim em si mesmas ou como o único mecanismo de luta à disposição do campo popular.

Busca-se, portanto, com essas iniciativas, fomentar um processo de discussão que resgate as iniciativas de luta já existentes e/ou potencialize novas ações dos atores sociais do complexo no Estado de Alagoas, podendo apontar questões para todo o Nordeste, a partir do coletivo regional de entidades que estão articuladas entre si.

Outra iniciativa de peso atualmente formulada no setor canavieiro do Nordeste refere-se à constituição dos fóruns populares, que têm apontado novos potenciais de luta, no contexto da crise/reestruturação do complexo canavieiro.

Numa realidade onde a conquista dos direitos mínimos dos trabalhadores tem sido submetida à repressão e domínio de um código de ética privado e hegemonizado pelas oligarquias locais, a violência em todas as suas dimensões toma formas diversas e se abate incondicionalmente sobre as classes populares no campo e na cidade.

Alagoas prossegue sendo um estado oligárquico, onde a repressão é acionada permanentemente contra as iniciativas de organizações populares e não-governamentais. O próprio modelo de campanha salarial, entre outros fatores

Arquivo Fase / Alagoas

relevantes, teve suas ações limitadas no estado dado o forte aparato paramilitar dos empresários e policial de repressão à sua organização e luta. Prisões de lideranças rurais, assassinatos, ameaças, pressões, etc, fazem parte do dia-a-dia das lutas dos trabalhadores. Os organizadores de iniciativas como a pesquisa sobre o perfil do trabalho canavieiro, realizada em 1988 pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB- LAT), em colaboração com a FASE, tiveram de recuar taticamente para não submeter trabalhadores que prestavam informações ao risco de morte.

Foi sob a luz de uma análise substancial dessas questões, um processo de reconstrução de novos paradigmas referenciais de análise e reflexão, e a agudiza-

ção recente do processo de violência sobre algumas iniciativas recentes de lutas de vários atores sociais no Estado de Alagoas, que nasceu o Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, resultado de uma ampla articulação dos movimentos sociais urbano e rural, partidos políticos e organizações não-governamentais.

A perspectiva política central do fórum ancora-se na luta pelo resgate da cidadania. A inexistência dos direitos dos trabalhadores rurais dos complexos agroindustriais no Nordeste deve ser enfrentada como expressão de domínio do código de ética privado sobre as relações sociais, gerando processos permanentes de vio-

lência, marginalidade e violação dos direitos humanos desses trabalhadores.

A questão central é garantir os direitos humanos básicos dos trabalhadores canavieiros de Alagoas e do Nordeste - liberdade de expressão e organização, direito de ir e vir, de dispor do próprio corpo, de acesso ao conhecimento e à saúde, direito à vida.

A experiência do Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas tem buscado articular essas dimensões do direito na ótica da cidadania, reforçando o resgate dos direitos sociais e civis, construindo espaços mínimos de democracia onde possam ser exercidos os direitos políticos das classes populares. Em recentes estudos realizados pelo Fórum no interior do complexo canavieiro, conclui-se que "o medo, a impunidade, a morte, o silêncio e a vida andam juntos num penoso exercício que é viver no interior de uma usina..."(Ver "Para aquém da cidadania: as várias faces da violência em Alagoas", Fórum Permanente Contra a Violência, Maceió, 1992).

Em 1987, ano em que a FASE instalou seu escritório em Alagoas, o eixo do seu trabalho centrava-se no reforço a ações coletivas de resgate aos direitos sociais dos canavieiros, com ênfase na luta por melhores salários e condições mínimas de trabalho dos assalariados permanentes. Atualmente, questões como o que fazer com a grande massa dos trabalhadores volantes e excluídos, produto social da própria reestruturação do complexo, não podem hoje ser desconsideradas.

A apreensão de novas formas e conteúdos das lutas tem passado pela constituição de novos sujeitos coletivos populares. Sua apreensão, por outro lado, passa pela incorporação na ação estratégica e cotidiana dos novos sujeitos que, no conjunto das relações, vem se forjando articuladamente. É nesta perspectiva que a FASE tem participado do Fórum Popular Contra a Violência, no sentido de reforçar a construção plena da cidadania dos trabalhadores e excluídos do complexo canavieiro no Nordeste.

Partindo do pressuposto de que não pode haver cidadania se não houver salário decente para os trabalhadores, mas considerando também que cidadania é um processo de construção coletiva, ela não se efetiva enquanto não houver um estado de direito democrático que permita a livre expressão para a prática da reivindicação, que assegure a própria luta pelos direitos.

O estado de violência profundo que se abate sobre os trabalhadores dos complexos agroindustriais no Nordeste, sobretudo os trabalhadores canavieiros, no que diz respeito ao cerceamento das liberdades no modo de sentir, pensar e agir, é hoje central para o enfrentamento das complexas relações de poder internas a esses complexos.

A massa dos trabalhadores é formada hoje pelos temporários, que estão excluídos da ação sindical

Além do Fórum Contra a Violência, a temática das "condições de vida e saúde dos trabalhadores rurais" tem sido colocada pelas organizações populares de Alagoas como uma problemática que aponta para um potencial de luta importante e similar ao fórum contra a violência. Politicamente, a experiência dos fóruns coloca-se como algo novo: a partir de ações coletivas no espaço público, procura-se desnaturalizar a violência, através da construção processual de condições mínimas de democracia formal. Trata-se de um projeto pedagógico em relação aos trabalhadores rurais e em relação à sociedade civil como um todo.

Desse modo, tem-se interagido com todos os setores democráticos da sociedade, articulando as múltiplas problemáticas dos atores sociais e abrindo horizontes para uma luta no campo político-institucional (as campanhas salariais, políticas de segurança pública, etc.) e no campo ético-cultural da sociedade civil alagoana. ■

Arquivo Fase / Alagoas

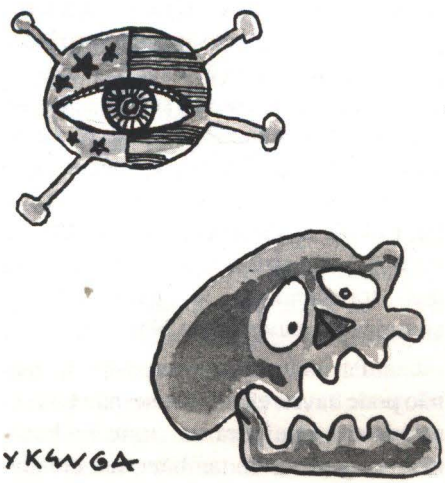
Trabalhadores agroindustriais e capitalismo transnacional

Ricardo Tavares*

Numa economia crescentemente internacionalizada, a indústria de alimentação é uma das que mais rápido vem respondendo à globalização. A subordinação da agricultura à indústria se configura em escala mundial. Para os trabalhadores dos complexos agroindustriais brasileiros, a relação das culturas em que trabalham com o comércio internacional se torna cada dia mais importante. Com o fim da Guerra Fria e a democratização do Brasil, novas articulações entre trabalhadores agroindustriais brasileiros e seus companheiros de cadeia produtiva ou de mercado de trabalho de produtos tropicais em diversas partes do mundo começam a se desenvolver, procurando responder às novas condições do sistema capitalista. Este artigo faz um balanço das relações internacionais desenvolvidas pelas entidades sindicais de trabalhadores de complexos agroindustriais brasileiros e procura identificar novas tendências e perspectivas.

Guerra Fria, tempo quente

O sindicalismo de trabalhadores rurais emergiu como fenômeno massivo em escala nacional no Brasil somente a partir do final dos anos 50 e início dos anos 60 - portanto, há cerca de 35 anos atrás, tempo relativamente recente. Sua emergência na cena política, enquanto ator autônomo, coincidiu com um dos mais graves momentos da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, iniciada em 1947, com a disputa de hegemonia global capitaneada por estes dois países, cada um oferecendo um sistema econômico-político-social ao mundo, após a Segunda Guerra Mundial.



A gravidade deste período foi dada pela "questão cubana". Em 1959, Fidel Castro, liderando um processo revolucionário, derrubou o ditador Fulgêncio Batista e assumiu o poder em Cuba, uma pequena ilha do Caribe a poucas dezenas de milhas do estado da Flórida, nos Estados Unidos. Pouco depois, Cuba se aliou à então União Soviética e tornou-se o primeiro país da América Latina a adotar um "modelo socialista". Em 1962, a Guerra Fria chegaria ao seu ápice, com a decisão soviética de instalar em Cuba mísseis com ogivas nucleares capazes de atingir os EUA, o que foi considerado inaceitável por Washington, colocando o mundo à beira de um cataclismo nuclear. Tempos quentes. Os soviéticos terminaram retirando os mísseis, exigindo em troca que Cuba fosse preservada de uma intervenção militar direta norte-americana.

O governo dos Estados Unidos, preocupado com a difusão da experiência cubana pela América Latina, passou a adotar uma ativa política de controle dos governos latino-americanos, marcada por intervenções ostensivas ou encobertas, geralmente preventivas, militares ou não. O Brasil, maior país da América Latina, passou a ser visto com preocupação, e um dos principais focos de atenção foi a organização de camponeses e assalariados rurais, vista como a ameaça de uma "revolução camponesa", especialmente no Nordeste. Um conjunto de agências norte-americanas passou a dedicar atenção integral ao caso brasileiro. Tais agências contribuíram, de diversas maneiras, para o golpe de 1964 - e, ao nível da América Latina, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelos golpes militares, de caráter antidemocrático e antipopular. Algumas daquelas agências voltaram-se exclusivamente para interferir no movimento sindical.

Em 1962, foi criada nos Estados Unidos uma entidade que teria grande importância nas relações internacionais dos trabalhadores rurais da agroindústria brasileira. A AFL-CIO, central sindical norte-americana, constituiu o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil), que - embora de natureza sindical - tem sido historicamente sustentado por verbas de grandes empresas multinacionais e do governo norte-americano.

O Iadesil voltou-se para o conjunto do sindicalismo, mas jogou um papel muito importante no sindicalismo rural, especialmente no período imediatamente após o golpe militar de 1964. A primeira turma de sindicalistas brasileiros foi "treinada" pelo Iadesil em 1963, nos Estados Unidos. Em 1964, o diretor da AFL-CIO para Assuntos Interamericanos, Andrew McLellan, encontrou-se com o ditador Castello Branco, com quem barganhou a expansão das atividades do Iadesil em território brasileiro.

* Jornalista, mestre em Ciência Política pelo Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), editor de **Proposta** e assessor da FASE.

Foi fundado no Brasil, como instrumento de ação associado ao trabalho do Iadesil, o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), instalado em São Paulo. Pelos cursos do ICT e do Iadesil - com ênfase especial no período 1964-1968, mas com uma ação rotineira desde então - passaram centenas de sindicalistas rurais brasileiros. Como observou Hobart A. Spalding Jr., um historiador da intervenção do sindicalismo norte-americano na América Latina, "naqueles países onde o movimento trabalhista é relativamente jovem, treinamento massivo pode ser muito influente" ("AIFLD in action", *Nacla*, n. 3, 1988, p. 23). Com efeito, se a tradição sindical brasileira remetia ao início do século, no caso dos trabalhadores rurais ela era muito recente.

A influência do Iadesil na formação dos paradigmas de ação do sindicalismo rural brasileiro durante a ditadura militar é um assunto bastante complexo. De um lado, não deve ser descartado o papel jogado pelo Iadesil na sobrevivência das lideranças sindicais ligadas, na conjuntura de 1964, à Igreja Católica, muitas das quais receberam formação de instituições apoiadas por agências norte-americanas. Como o principal inimigo do Departamento de Estado dos EUA no campo brasileiro eram as Ligas Camponesas e os ativistas dos Partidos Comunistas, o Iadesil promoveu "a incorporação de sindicatos moderados no sistema político para evitar levante social e a emergência de movimentos radicais", como sugeriu Spalding Jr. ("AIFLD Amok", *Nacla*, n. 3, 1988, p. 22).

Por outro lado, as principais lideranças sindicais rurais que sobreviveram ao golpe militar desenvolveram uma autonomia estratégica em relação aos seus apoiadores conjunturais do Iadesil e em relação ao Estado militar, articulando-se em torno da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), que continua sendo ainda hoje uma referência importante para a organização dos trabalhadores rurais, especialmente para os trabalhadores do complexo agroindustrial sucroalcooleiro do Nordeste (a respeito da influência do Iadesil na formação da Contag e da enorme complexidade desse processo, ver Ricardo Tavares, "Contag - da ditadura à transição: memória social e construção política do 'campesinato'", Iuperj, 1992, dissertação de mestrado, Capítulo I).

Durante a ditadura militar (1964-1985), o Iadesil foi a principal fonte de relação internacional do sindicalismo de trabalhadores rurais brasileiros, mesmo porque houve dificuldades políticas para estabelecer relações mais plurais, tendo em vista o crivo ideológico ao qual os militares submetiam as atividades das organizações populares, inspirado na "ideologia de segurança nacional". Registre-se, também, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), organismo das Nações Unidas, também esteve presente, se bem que num tipo de relacionamento que afetou mais diretamente somente o espaço de articulação da cúpula nacional do sindicalismo de trabalhadores rurais. No processo de transição democrática iniciado no final dos anos 70, porém, um novo ator emergiu no Brasil - a Federação Sindical Mundial (FSM), uma central sindical ligada ao bloco soviético, à qual, historicamente, muitas centrais sindicais importantes de países do Terceiro Mundo estiveram filiadas.

O fim da Guerra Fria abre espaço para o fortalecimento de novas e mais eficazes articulações internacionais dos trabalhadores

Arquivo Fetape

Em Pernambuco, uma geração de Sindicalistas formados com apoio do Iadesil.

Durante a ditadura, a FSM fora solidária com lideranças sindicais brasileiras exiladas, especialmente com os sindicalistas comunistas. Mas somente com a "abertura" estabeleceu-se relação com o sindicalismo emergente no processo de transição democrática. A partir de 1978, a revista "O Movimento Sindical Mundial", da FSM, passou a ser publicada em português. O estreitamento de relações entre a FSM e o sindicalismo rural brasileiro, porém, não chegou a se consolidar. Alguns sindicalistas foram convidados e participaram de congressos e encontros promovidos pela FSM. Mas, em meados da década de 80, a entidade entrou em uma crise, associada à desagregação da ex-URSS e de sua área de influência no Leste Europeu. Como resultado da crise financeira que a desagregação do bloco soviético produziu na FSM, a revista "O Movimento Sindical Mundial" publicou a sua última edição em português em dezembro de 1990.

As atuações do Iadesil e da FSM sempre tiveram caráter mais ideológico do que político-prático, em termos da capacidade de produzir uma real articulação de interesses globais de trabalhadores de diferentes países. Iadesil e FSM, no contexto da Guerra Fria, foram as duas principais agências voltadas para a articulação de trabalhadores rurais no Brasil. Ao longo deste processo, sindicalistas rurais brasileiros, que muitas vezes pouco conviviam no Brasil, podiam se encontrar em Front Royal, na Virgínia, centro de formação do Iadesil nos EUA, ou na Praça Vermelha, em Moscou, Rússia, durante o intervalo de um congresso da FSM.

No final dos anos 70 e ao longo dos anos 80, todavia, surgiram novas tendências nas relações internacionais dos trabalhadores rurais, notadamente dos trabalhadores de complexos agroindustriais. Desligadas das grandes centrais sindicais internacionais, desvinculadas dos conteúdos maniqueístas da Guerra Fria, estas novas tendências podem ser identificadas por duas características: tentam responder à nova configuração dos mercados agrícolas internacionais, numa ordem internacional marcada pela globalização dos mercados e da política; e são mediadas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) - desvinculadas de governos -, centrais sindicais mundiais ou de ligações diretas com "famílias políticas" internacionais (democracia-cristã, social-democracia, etc.).

Novas relações internacionais

Tais novas articulações não se constituíram no vazio. Qual o seu significado? Na verdade, estão intimamente associadas à nova etapa do capitalismo global, marcada pela internacionalização e pela regionalização dos blocos econômicos. O desenvolvimento tecnológico e a informática permitem o controle de ciclos de produção que se estendem por todo o planeta. Cada segmento de mercado tende à oligopolização em escala mundial, com meia dúzia de empresas, no máximo, disputando a preferência dos consumidores, num mercado cada vez mais abrangente. Os custos com matéria-prima e salários são reduzidos, seja nos países do Norte, seja nos países do Sul - e os investimentos em marketing e propaganda se expandem. Concomitantemente, os países dependentes da exportação de produtos tropicais vêem suas culturas tradicionais serem substituídas por alternativas criadas pela biotecnologia, processo que se acentuará nos próximos anos, diante da previsão de novas descobertas científicas. Os preços das *commodities* (produtos primários da agricultura ou mineração comercializados no mercado mundial) desabam. Somente os países na ponta tecnológica conseguem manter uma dinâmica de acumulação, mas por toda a parte as desigualdades sociais se agudizam.

Hábitos alimentares do Primeiro Mundo e exploração de trabalhadores rurais do Terceiro Mundo são partes do mesmo cenário

Duas novas articulações internacionais serão analisadas neste artigo - o Programa do Cacau, da TIE (Troca de Informações sobre Empresas Multinacionais) e a Comissão de Coordenação para a Solidariedade entre Trabalhadores Açucareiros do Mundo (CCSTAM). TIE e CCSTAM constituem hoje as duas principais articulações internacionais com enfoque sindical que buscam interlocução com os trabalhadores de complexos agroindustriais do Brasil.

Há pontos em comum entre essas duas iniciativas. Em primeiro lugar, elas provêm de ONGs sediadas em países com grande tradição de solidariedade internacional - o Canadá, no caso da CCSTAM, e a Holanda, no caso da TIE. Além disso, os três principais objetivos, coerentes com as atividades desenvolvidas, são os mesmos: educação, solidariedade e intercâmbio. Há, no entanto, uma matriz diferenciada: no caso da CCSTAM, o suporte financeiro e articulatório provém principalmente das Igrejas, enquanto no caso da TIE a relação com os sindicatos holandeses tem sido mais importante.

A continuidade do processo articulatório parece indicar que as características dessas articulações irão se atualizando, na medida em que contactam com diferentes povos, culturas e experiências políticas nacionais, e na medida, também, em que a própria ordem internacio-

nal se reconfigura, indicando a importância crescente desse tipo de projeto.

A maior diferença em relação às experiências internacionais constituídas dentro do paradigma da Guerra Fria é a busca de objetividade política e de uma articulação de interesses mais pragmática, compartida em torno da participação enquanto produtores diretos numa mesma cadeia produtiva ou no trabalho com um mesmo produto.

O Programa do Cacau

A TIE (Troca de Informações sobre Empresas Multinacionais) é uma rede internacional, fundada em Amsterdã, na Europa. Agrupa entidades de assessoria e ONGs com preocupações voltadas para a atuação das empresas multinacionais em diversos países (*TIE Informa*, nº 5, São Paulo, 1990, p. 4). O escritório de Amsterdã foi criado em 1978. A colaboração entre trabalhadores brasileiros e europeus na indústria do cacau e do chocolate teve início em 1987, com a articulação do Brasil ao Programa do Cacau desenvolvido pela entidade (*TIE Informa*, nº 14, São Paulo, 1992, p. 6). Em 1988, a TIE instalou um escritório em São Paulo. Também há escritórios da TIE em Frankfurt (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Detroit (Estados Unidos) e na Malásia.

Associado à TIE está um pequeno instituto de pesquisa holandês, Somo, voltado para a pesquisa das estratégias das empresas multinacionais, principalmente no setor de alimentação, um dos ramos produtivos que mais rapidamente está radicalizando o processo de internacionalização, ao lado do eletrônico e do automobilístico.

O objetivo do Programa do Cacau é o de ampliar a compreensão, no nível de base, da dimensão internacional, em todas as fases da produção (do cultivo do cacau, da sua transformação em manteiga de cacau e da fabricação do chocolate), através de intercâmbios regulares de experiências e informações, processo visto como fundamental para construir ações efetivas dos sindicatos, numa cadeia produtiva globalizada (*TIE Informa*, nº 9, São Paulo, 1992, p. 1).

O principal interlocutor do Programa do Cacau da TIE no Brasil é o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT, central sindical criada em 1983, constituindo-se na expressão nacional do "novo sindicalismo" que emergiu na transição democrática. TIE e a CUT têm promovido seminários, encontros regionais, nacionais e internacionais e também programas de viagens de sindicalistas brasileiros para conhecer a realidade de outros países, bem como a visita ao Brasil de sindicalistas estrangeiros ligados à "cadeia produtiva do cacau e chocolate". ONGs brasileiras também têm participado deste processo. O boletim *TIE Informa* tornou-se uma das principais fontes de informação sobre sindicalismo e empresas multinacionais, fornecendo informações tanto sobre o cacau quanto indústria automobilística e outros assuntos (veja mais informações sobre o boletim na seção Leitura desta edição).

Conhecer realidades de outros países tem permitido aos sindicalistas de base compreender melhor o próprio Brasil

Um dos aspectos importantes do Programa do Cacau tem sido a sua continuidade. Seminários, encontros e viagens são realizados de maneira sistemática, facilitando a difícil acumulação progressiva de conhecimento e experiência internacional pelas lideranças, atingindo não apenas as cúpulas nacionais mas também lideranças intermediárias. Além disso, formas concretas de solidariedade estão sendo buscadas, como no caso de demissões de sindicalistas no Brasil, como tem ocorrido com freqüência no sul da Bahia. O Programa possibilita que sindicatos e comissões de fábrica da Holanda prestem solidariedade, muitas vezes com viagens ao Brasil de lideranças holandesas para pressionar as empresas.

As formas de solidariedade política começam a se estabelecer, dentro de um ambiente de reciprocidade. Na Bahia, também foi feita uma campanha pelos sindicatos da zona de cacau para que o uso de um agrotóxico para conservar o produto no transporte de navio para os portos europeus fosse eliminado, tendo em vista os problemas de saúde que estava causando aos portuários na Europa.

O cultivo do cacau se espalha pelo Brasil, África Ocidental e Sudeste Asiático, enquanto a transformação industrial inclui Europa, Estados Unidos e Brasil. Os trabalhadores brasileiros jogam um duplo papel nesta cadeia produtiva: participam tanto da produção agrícola, voltada para a exportação, quanto de uma pequena parcela da transformação do cacau em chocolate, voltada para o mercado interno. Sindicalistas rurais da zona cacaueira da Bahia e sindicalistas da indústria de alimentação, da Bahia e do Espírito Santo, participam dessa articulação, juntamente com o DNTR da CUT.

Trabalhadores do açúcar

A CCSTAM (Comissão de Coordenação para a Solidariedade entre Trabalhadores Açucareiros do Mundo) "começou através do trabalho de algu-

mas organizações canadenses (ONGs), com o objetivo inicial de focalizar o comércio internacional do açúcar, para tentar abordar o problema da pobreza do Terceiro Mundo, visando estabelecer um comércio mais justo do Canadá com os países do Terceiro Mundo" (Reginald McQuaid, diretor da CCSTAM, entrevista ao autor, Olinda, PE, outubro de 1991). Percebendo as limitações de um pequeno grupo para influenciar o comércio internacional, a CCSTAM mudou seu foco, passando a contribuir para articulação internacional e solidariedade entre lideranças de trabalhadores açucareiros de vários continentes, representantes de milhões de pessoas. Trabalhadores do setor de refino de açúcar de países do Primeiro Mundo, como Canadá e Estados Unidos, também fazem parte desta articulação, ao lado de representantes do Caribe, Brasil, Filipinas, etc.

Foram realizadas até agora três conferências gerais da CCSTAM, procurando enfocar principalmente troca de experiência e ações que possam influenciar as tendências do produto no mercado mundial (preços, cotas dos países importadores e, eventualmente, pressões sobre organismos multilaterais cujas políticas afetam os trabalhadores do açúcar, como o Banco Mundial).

A primeira conferência ocorreu em Trinidad e Tobago, no Caribe, em 1977, reunindo representantes de 12 países; a segunda conferência foi realizada no Canadá, em 1983, com a representação de 22 países; e a terceira, na República Dominicana, em 1987, com trabalhadores de 30 países. No ano que vem, haverá a quarta conferência.

Entre as conferências, são realizados encontros internacionais que levam a determinados países sindicalistas de vários outros, para trocar informações e aprofundar o conhecimento recíproco. Em outubro de 1991, um encontro deste tipo foi realizado em Recife e Olinda, com a presença de sindicalistas de quase todos os estados canavieiros do Brasil e representantes das Filipinas, Estados Unidos, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Nicarágua.

O principal interlocutor da CCSTAM no Brasil é a Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco) e, mais recentemente, também a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Os laços entre a CCSTAM e a Fetape/Contag foram estreitados desde a greve de 1979 na zona da mata pernambucana, quando centenas de telegramas de todo o mundo chegaram ao Palácio dos Martírios, sede do governo estadual de Pernambuco, exibindo a atenção internacional à greve e denunciando as violências da polícia e dos jagunços contra os trabalhadores. A partir de 1991, a Contag e a CCSTAM aprofundaram seu relacionamento. Um representante da CCSTAM tem participado enquanto observador do planejamento das campanhas salariais dos canavieiros no Brasil.

Além disso, a CCSTAM desenvolve também um programa de viagens internacionais, com períodos de visita de sindicalistas estrangeiros a zonas canavieiras do Brasil, principalmente em Pernambuco, e viagem de sindicalistas e assessores sindicais do Brasil a outros países, como as Filipinas, onde a realidade de violência e a luta pela reforma agrária guardam semelhanças com o Nordeste brasileiro.

A CCSTAM publica o boletim periódico *Mundo Açucareiro*, com informações sobre o movimento sindical de trabalhadores do açúcar em todo o mundo (veja mais informações na seção Leitura).

A visão internacional ajuda a construir um novo paradigma para o sindicalismo de trabalhadores das agroindústrias

O impacto das trocas

As novas trocas de informação e solidariedade internacional apenas começam a afetar a visão do mundo dos sindicalistas e lideranças de base de trabalhadores de complexos agroindustriais no Brasil. Elas têm permitido, pela exposição a realidades externas à brasileira, conhecer melhor alguns aspectos do nosso próprio país.

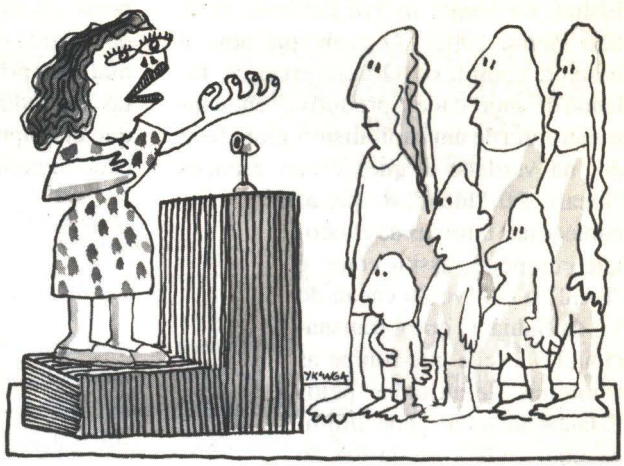
As diferentes estruturas sindicais é um desses aspectos. A rígida separação sindicalismo rural X sindicalismo urbano existente no Brasil merece uma reflexão mais aprofundada, ao ser contrastada com outras experiências. Por um lado, o conceito de cadeia produtiva abarca as diferentes etapas da produção do cacau, tanto agrícola, quanto industrial, removendo uma distinção, ao nível da estrutura sindical, encravada na história política brasileira. Por outro lado, a identidade dos "trabalhadores do açúcar" envolve tanto os cortadores de cana quanto os operários das usinas.

Há fatos muito significativos. As viagens internacionais, um dos principais processos de socialização política, permitiram que, pela primeira vez, assessores e sindicalistas rurais brasileiros da área da cana entrassem dentro de uma usina de açúcar, tomando contato com o processo de refino. Não foi no Brasil, mas durante uma visita à Nicarágua. É importante chamar a atenção para este fato, que pode iluminar um pouco a cultura sindical brasileira no campo, cuja matriz remete ao Estado Novo de Getúlio Vargas e ao populismo dos anos 50. A separação entre trabalhadores rurais e

operários de usina no complexo açucareiro foi um dos resultados da política varguista: uma coligação industrializante, que transferiu renda da agricultura para a indústria, ao mesmo tempo assegurando os interesses das oligarquias rurais, ao criar dificuldades legais para a organização de camponeses e trabalhadores rurais, garantindo às elites agrárias condições de superexplorar a força de trabalho agrícola. Os trabalhadores urbanos, especialmente os industriais, foram sócios menores desse processo, ao terem "direitos" assegurados pelo Estado, que controlou a organização sindical, subordinando as demandas da classe operária. Esta herança do populismo foi reforçada pela ditadura militar e permanece ativa na cultura sindical brasileira.

Por outro lado, sindicalistas baianos da indústria do chocolate conheceram na Holanda comissões de fábrica desligadas dos sindicatos, e comissões sindicais, que articulam somente os trabalhadores sindicalizados dentro da fábrica (uma prática que poderá ser adotada pelos metalúrgicos do ABC paulista proximamente). Puderam tomar contato com estruturas sindicais que separam rigidamente cúpula e base, como na Alemanha, e estruturas que permitem grande influência das lideranças de base, caso da Áustria. Toda essa diversidade ainda está sendo digerida pelos sindicalistas.

Outro aspecto interessante que está presente nas articulações da TIE e da CCSTAM é a participação das mulheres no processo de intercâmbio. Holanda e Canadá são países onde o questionamento dos direitos da mulher formam parte da cultura política. O resultado é que a participação das mulheres é requerida com insistência, seja em articulações específicas de gênero, seja em articulações gerais, introduzindo com ênfase esta preocupação no sindicalismo brasileiro.



As formas de solidariedade que estão sendo construídas devem ser consideradas embrionárias, face a objetivos estratégicos que só poderão emergir claramente a partir de um acúmulo de experiências e intercâmbio que ainda dá apenas os seus passos iniciais.

Outro aspecto importante possibilitado pelo acesso a uma visão internacional das cadeias produtivas e dos produtos, é uma percepção mais aguda do que há de particular no Brasil. Uma das dificuldades presentes, por exemplo, na participação dos sindicalistas da área do açúcar é o fato deste setor, o sucroalcooleiro, estar no Brasil atrelado ao mercado interno. Isto permite compreender, na verdade, como as classes dominantes ligadas a este setor no Brasil conseguiram se "libertar" do mercado internacional, geralmente instável, e passaram a ser fortemente subsidiadas para produzir principalmente álcool combustível para o mercado interno.

O Proálcool é um caso único no mundo, pela sua dimensão e abrangência - e só fez aumentar a exploração e a expropriação dos trabalhadores brasileiros. Tal aspecto indica a importância do sindicalismo se tornar um ator mais ativo na discussão sobre o futuro do Proálcool, e aponta para o poder político interno das elites ligadas ao açúcar. O contraste internacional ajuda a compreender melhor este aspecto da realidade brasileira.

Visto de uma perspectiva global, o Proálcool representa uma estratégia defensiva de um segmento da elite agroindustrial. Quando a agricultura se torna vulnerável à substituição de seus produtos primários por criações biotecnológicas ou substitutos de custos mais baratos, o interesse dos agricultores passa a ser desenvolver outras utilidades para o produto agrícola. A elite agroindustrial sucroalcooleira do Brasil logrou ingressar na produção de combustível, fato inédito até agora em escala mundial. Isto só se tornou possível devido à ação do Estado brasileiro. O Estado nacional, em geral, continua sendo um ator extremamente importante na redefinição das mediações que podem afetar fortemente a relação entre o "local" e o internacional. Pode proteger os interesses dos trabalhadores ou das elites. No caso do Proálcool, o Estado brasileiro atuou decisivamente para proteger os interesses das elites.

Dificuldades e limitações

Vemos dois problemas centrais nas articulações internacionais de iniciativa da TIE e da CCSTAM. O primeiro é lidar, ao mesmo tempo, com o mercado mundial e os diferentes níveis/espaços de produção que nele se inserem. "Não há como estabelecer uma ponte entre o local, o nacional e o internacional, e daí traçar uma política a médio e longo prazos,

se uma das partes é pouco conhecida, principalmente se for a local" (Paul Elshof, da Somo, in *TIE Informa*, n. 7, São Paulo, 1992). O problema aqui é bastante complexo. Ora, se estamos falando de uma "cadeia produtiva" enquanto estrutura de um capitalismo globalizado, na verdade o que seriam espaços "locais"? É "local" o que acontece nas fábricas de chocolate européias, assim como é "local" o cultivo do cacau do sul da Bahia. O que é transnacional é a rede que rompe as fronteiras delimitadas pelos Estados nacionais, constituindo uma cadeia produtiva ao nível global, mesmo que as decisões principais sejam tomadas no Primeiro Mundo.

O que é importante procurar mostrar ao sindicalista de base é que a realidade com a qual convive no dia-a-dia, não é nem nunca foi unicamente "local": está completamente inserida, de uma maneira ou de outra, no sistema internacional e no capitalismo global. Dissemos que nunca foi, porque, quando a América completa 500 anos, devemos estar conscientes que os empreendimentos tropicais dos quais resultaram países como o Brasil tiveram na origem gerência e usufruto europeus e força de trabalho trazida da diáspora africana, entre outros tantos processos de dimensão transnacional.

Na verdade, fundamental é uma compreensão de toda a cadeia produtiva, de todos os seus aspectos e dimensões, inclusive da ponta final do consumo, por um lado, e, por outro, dos aspectos referentes às relações multiculturais que estão nela envolvidos, e que não podem ser ignorados. É importante levar em conta que a "cadeia produtiva" é extremamente desigual - enquanto nos países ricos o processo de produção é intenso em tecnologia, nos países pobres ele é intenso em mão-de-obra barata. A cadeia produtiva é, também, um espaço de reprodução de desigualdade.

Um risco que se corre é o de que o papel das grandes empresas multinacionais que controlam o mercado mundial as transforme em "monstro", distante e percebido como inalcançável e invencível pelos sindicalistas de base. Uma das possíveis saídas seria tomar como ponto de partida não somente o mercado mundial, mas principalmente as lutas concretas em todas as partes e as implicações que elas apresentam em relação ao mercado mundial.

Este, na verdade, foi o caminho seguido pela CCSTAM. Seus encontros e congressos tratam fundamentalmente de relatos e reflexões através dos quais os sindicalistas compartilham as lutas, ao mesmo tempo em que se discute transformações nos processos de produção. As tendências do mercado internacional do açúcar, no entanto, embora estejam presentes como parte obrigatória, não conseguem fazer pontes mais diretas com os problemas cotidianos que estão sendo enfrentados pelos trabalhadores. Não é tão simples.

Um das pistas talvez seja observar que em diferentes produtos e cadeias produtivas, em cada país, pode haver especificidades nas mediações entre o local e o internacional. O caso da cana-de-açúcar no Brasil, integrada decisivamente ao mercado interno através da produção de álcool combustível, é um exemplo singular, conforme já procuramos mostrar, chamando a atenção para o papel que pode ser jogado pelos Estados nacionais.

Uma contribuição teórico-política importante para avançar nesta direção foi dada por Paul Elshof (*TIE Informa*, nº 5, São, Paulo, 1990, p. 103), ao classificar os produtos em três tipos:

1) **de exportação sob controle externo** - casos da laranja, celulose, cacau, fumo e, em grande medida, a soja. A demanda externa é que organiza a produção interna no Brasil;

2) **de comercialização doméstica sob controle externo** - borracha, carnes beneficiadas. São empresas multinacionais que instalam subsidiárias no Brasil para produzir para o mercado interno brasileiro. No caso da borracha, as indústrias de pneus estão criando seringais próximos às suas fábricas na região Sudeste no Brasil, em detrimento da produção extrativa do Norte do país; e

3) **de comercialização doméstica sob controle doméstico** - arroz, feijão e cana-de-açúcar. As empresas são basicamente nacionais, produzindo para o mercado interno. Há, porém, grandes diferenças, pois enquanto arroz e feijão recebem pouco apoio governamental, a cana-de-açúcar vem sendo subsidiada historicamente, já esteve fortemente vinculada ao mercado externo e hoje volta-se quase integralmente para o mercado interno, através do álcool combustível e do abastecimento de açúcar.

O quadro acima precisa ser aprofundado, mas constitui uma excelente sugestão, que permite situar os produtos e os tipos de mediações entre o "nacional" e o internacional aos quais estão relacionados. Essa percepção é fundamental para que as lideranças sindicais e os trabalhadores possam se posicionar melhor no interior da cadeia produtiva, e desenvolver o potencial das novas articulações.

Outro problema está relacionado ao próprio escopo das articulações - são trabalhadores de uma mesma cadeia produtiva ou produto, procurando interferir na politização das trocas internacionais e na situação dos trabalhadores diretos envolvidos nos processos de produção, seja no caso do cacau/chocolate, seja no

caso dos trabalhadores do açúcar. No entanto, um aspecto fundamental na politização dos mercados agrícolas internacionais está fora dessas articulações - os consumidores.

Não é fácil construir uma participação dos consumidores no debate sobre os mercados agrícolas internacionais, hoje inteiramente subordinados por algumas poucas empresas, com enorme flexibilidade para cambiar de uma matéria-prima para outra caso os preços aumentem. Toda a literatura sobre mercados ensina que os consumidores são o "ator econômico" mais difícil de se mobilizar, especialmente em torno de uma visão crítica e solidária sobre os mercados. Umas poucas iniciativas alternativas de comércio internacional estão atualmente em curso em escala mundial, procurando valorizar os trabalhadores agrícolas e sua participação na renda global. Apesar das dificuldades, é fundamental procurar sensibilizar os consumidores sobre as realidades sociais e políticas associadas aos seus hábitos alimentares, principalmente no Primeiro Mundo.

Neste sentido, a advertência de Sidney Mintz (**Sweetness and Power - the place of sugar in modern history**, New York, Viking, 1985) parece fundamental. Estudando o processo no qual o açúcar passou de um produto de luxo usado por reis e rainhas a um produto de consumo de massa na Inglaterra e na Europa, em paralelo com a colonização e criação de zonas produtoras de cana-de-açúcar nas ilhas do Caribe e outros lugares, fundadas na escravidão, Mintz mostrou de maneira estarrecedora "o mistério de pessoas desconhecidas uma das outras, ligadas através do espaço e do tempo - e não apenas pela política e pela economia, mas ao longo de uma particular rede de conexão", dada pela produção e comercialização de um produto do mercado internacional, o açúcar (Mintz, op. cit., p. XXIV).

Esta observação nos chama a atenção para a necessidade de pensarmos novas relações entre produtores e consumidores no mercado mundial, passíveis de serem reconstruídas a partir da politização das trocas no mercado internacional, abrindo espaço para o estabelecimento de novas relações econômicas, articuladas entre as sociedades civis de diferentes países, ao sul e ao norte do planeta. Pensar nesta direção, no entanto, aponta para articulações cada vez mais amplas, que atravessam mas não se limitam aos trabalhadores organizados das cadeias produtivas e dos produtos tropicais, e que devem ir além, envolvendo os consumidores e a "opinião pública", discutindo as redes político-econômico-sociais e culturais envolvidas na produção, reprodução e mudança de hábitos alimentares e práticas sociais.

Construindo um novo paradigma

Os paradigmas são códigos de leitura da realidade; são lentes através das quais olhamos o mundo, procuramos compreendê-lo e agir sobre ele. Uma parte da "crise de paradigma" do sindicalismo brasileiro - e não só dele - , neste momento, reside na interpretação e no posicionamento face às transformações mundiais em curso. "Surpreende o fato de ser normal que os agricultores,

Trata-se, fundamentalmente, de politizar as trocas dos mercados agrícolas internacionais

pesquisadores, etc., olhem apenas para a sua própria realidade, enquanto as empresas olham para o mundo inteiro, com cada país como um quadradinho no tabuleiro de xadrez. A Cargill e outros usam a informática via satélite para acompanhar, em tempo real, tudo o que acontece, e assim controlar várias cadeias produtivas" (Paul Elshof, *TIE Informa*, nº 5, São Paulo, 1990, p. 102).

Articulações internacionais como a CCSTAM e a TIE estão dando uma grande contribuição no sentido de fornecer elementos para uma nova cultura no sindicalismo dos trabalhadores dos complexos agroindustriais. Ao contrário das demais experiências internacionais associadas ao contexto da Guerra Fria, procura-se construir mecanismos objetivos de intervenção sobre os mercados e cadeias produtivas internacionais. "A internacionalização cada vez maior da sociedade é inevitável, interferindo nas culturas e costumes dos povos, na vida cotidiana dos cidadãos, checando, quando não derrubando, matrizes e dogmas ideológicos" (Osvaldo M. Bargas, "Perspectivas do sindicalismo internacional e os desafios colocados para a CUT", in A CUT e o sindicalismo internacional, São Paulo, Cedi, p. 12).

Já mencionei a necessidade de ir além das articulações sindicais para ampliar o processo de politização das trocas internacionais. Gostaria de salientar mais uma vez este ponto. A agricultura deve ser vista do ponto de vista da produção da alimentação, associada a hábitos e costumes alimentares dos cidadãos, sobre os

quais até agora somente o marketing das grandes empresas tem atuado e interferido.

No que diz respeito ao específico sindical, o fim da Guerra Fria não deve dar lugar a novas formas de "imperialismo sindical", conforme advertiu Reginald McQuaid, da CCSTAM. Neste sentido, o sindicalismo brasileiro tem efetivamente muito a oferecer, inclusive no caso dos trabalhadores dos complexos agroindustriais, através da sua experiência singular, seja através da história político-sindical tão particular da Contag, seja através da experiência política de procurar unir ideologia e pragmatismo do "novo sindicalismo", representado pela CUT.

Um aspecto importante do novo paradigma é a necessidade de superação de velhos nacionalismos. Os trabalhadores norte-americanos, por exemplo, são instigados a competirem com os trabalhadores japoneses, mas quem sai ganhando nesse jogo são as grandes empresas. O deslocamento espacial de empresas para regiões onde a mão-de-obra é mais barata mostra também a necessidade de novas políticas de cooperação internacional entre os sindicatos. Nos Estados Unidos, começa a existir um movimento de questionamento das políticas do Iadesil para a América Latina, que atendem somente aos interesses da burguesia e do Executivo norte-americanos. Quando trabalhadores de multinacionais norte-americanas com indústrias em território doméstico, também no México e em diversos outros países da América Latina, sentem a necessidade de agir articuladamente contra um mesmo patrão, solidariedade e interesse próprio passam a se tornar partes indissociáveis de um mesmo processo, dada a transnacionalização da economia.

"Se o movimento sindical dos EUA tivesse ajudado a organizar e educar os trabalhadores no México, as indústrias nos EUA não estariam correndo para lá", disse-me um diretor da Cooperativa Internacional dos Trabalhadores Açucareiros, representante do Estado da Lousiania, EUA, um dos participantes das articulações promovidas pela CCSTAM (entrevista ao autor, Olinda, PE, outubro de 1991).

O novo paradigma coloca em questão o tipo de relação internacional característico do período da Guerra Fria. As velhas estruturas sindicais, como o Iadesil, porém, ainda resistem, embora crescentemente perdendo sentido.

O novo paradigma põe em contato trabalhadores que experimentaram histórias políticas nacionais muito diferenciadas, com línguas e culturas muito distintas. Sam Maharaj, descendente de indianos levados para o Caribe pelos ingleses, secretário-geral do Sindicato Nacional de Trabalhadores Açucareiros de Trinidad e Tobago, pode oferecer uma visão bastante ampla e significativa do papel que atribui aos sindicatos, oferecendo a sua contribuição ao diálogo entre líderes sindicais de trabalhadores de diferentes povos:

"Eu descreveria a nossa entidade como um 'Sindicato da Diferença', pois que não vemos o nosso papel como apenas de negociadores de melhores salários e melhores condições de trabalho. O nosso papel principal é o de tentar melhorar as condições de vida dos trabalhadores, e ajudá-los a serem felizes, pois achamos que a felicidade é a ambição de todos os seres humanos! E na busca deste objetivo, não separamos as diferentes lutas aí envolvidas. Na verdade, consideramos cada uma das lutas políticas, industrial, cultural e educacional, como facetas daquela luta maior pela melhoria de vida e busca de felicidade" (Sam Maharaj, líder sindical de trabalhadores do açúcar de Trinidad e Tobago, entrevista ao autor, Olinda, PE, outubro de 1991).

Começar pelas tendências do mercado mundial pode ser assustador: os pobres tendem a se tornar mais pobres e os ricos mais ricos, na relação entre países do Norte e do Sul e no interior de cada sociedade, mesmo nos países ricos, onde a faixa de pobreza é crescente. Mas no meio de tudo isso há homens e mulheres se articulando, criando organizações, promovendo solidariedade e intercâmbio, forjando um ambiente para lutas em escala global, associando trabalhadores de diferentes países em torno de ações concretas, interferindo nas sociedades mais amplas e fortalendo contratendências libertadoras. ■

ABVP

VÍDEOS

AGRO-INDÚSTRIA E OS TRABALHADORES

● Os complexos agro-industriais envolvem um amplo leque de questões, entre elas a da terra, da reforma agrária, do modelo de desenvolvimento, da violência rural, do meio ambiente, das tecnologias alternativas, da organização sindical entre muitas outras.

● A **ABVP**, Associação Brasileira de Vídeo Popular, dispõe de imagens (vídeos), que ilustram o dramático quadro resultante dos complexos agro-industriais.

● Tenha acesso a estes vídeos contatando a **ABVP**. São mais de 300 títulos organizados em catálogo (Cr$ 15.000,00, incluindo correio).

● Vendas e locação, fone (011) 284-7862 ou FAX (011) 287-2259

● A **ABVP** está sediada em São Paulo, Rua treze de Maio, 489 - CEP 01327-000

A perversidade dos complexos agroindustriais

●

Da Redação

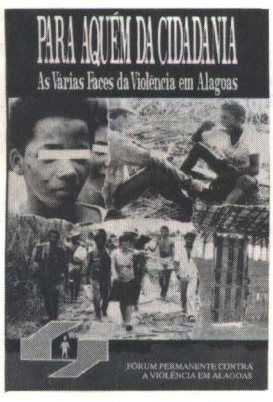
As indicações de leitura que se seguem não pretendem ser exaustivas - serão apenas a citação de alguns trabalhos recentes que trazem efetivamente novas informações e análises sobre a questão da cidadania nos complexos agroindustriais, chamando a atenção para a sua relevância.

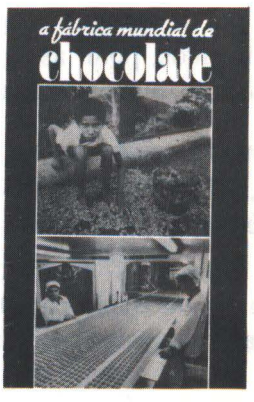
A revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), *Reforma Agrária*, número 3, volume 21, setembro/dezembro de 1991, intitulada "O Desenvolvimento Perverso da Agroindústria Brasileira" reúne um conjunto de textos significativos, abordando problemas da agroindústria canavieira, da produção de laticínios, do palmito, etc, e também aspectos conceituais dos complexos agroindustriais. É uma referência importante para o debate atual. Maiores informações podem ser solicitadas à Abra, rua Cândido Gomide, 333, Jardim Guanabara, Caixa Postal 13956, 13070, Campinas (SP).

Um trabalho recente extremamente significativo é a publicação do Fórum Permanente contra a Violência em Alagoas, "Para Aquém da Cidadania - As Várias Faces da Violência em Alagoas." É um trabalho pioneiro, que denuncia a violência contra os trabalhadores rurais, contra as mulheres, contra os povos indígenas, contra as crianças. Mostra como as próprias relações de trabalho no interior do complexo agroindustrial estão na raiz da violência. O endereço do Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, que reúne um conjunto de entidades sindicais e de direitos civis, é Caixa Postal, 52, Maceió (AL), Cep 57021-330. Os telefones para contato são: (082) 221-6546 e 221-0667.

Sobre as relações internacionais dos trabalhadores de complexos agroindustriais brasileiros, há duas excelentes publicações. *Mundo Açucareiro* é um boletim editado pelo Comitê de Coordenação para a Solidariedade entre os Trabalhadores Açucareiros do Mundo (CCS-TAM). É publicado em inglês, espanhol e português. A edição brasileira, que estava a cargo da Fetape, passou a ser responsabilidade da Contag. O endereço da Contag é: SDS, Ed. Venâncio VI, 1° andar, Brasília, DF, CEP 70393-900. O telefone para contato é (061) 321-2288. Há informações de entidades açucareiras de todo o mundo, e dossiês especiais sobre a situação de alguns países, como Filipinas e Guatemala.

TIE Informa é publicado pela ONG Troca de Informações sobre Empresas Multinacionais (TIE). O endereço no Brasil é: rua Tamandaré, 667, fundos, Aclimação, São Paulo (SP). Telefone: (011) 279-9726. Este boletim é a mais completa fonte de informação sobre o que está acontecendo com o mundo do trabalho no exterior e também sobre as conexões da agroindústria brasileira com as cadeias produtivas globais. ■





Imagens da luta pela cidadania

Da Redação

O vídeo é um importante instrumento de trabalho na construção da cidadania dos trabalhadores dos complexos agroindustriais. Ele é utilizado em muitos sindicatos e organizações não-governamentais para animar seminários, debates, reuniões. Pode também ser muito útil para denunciar situações vividas pelos setores populares para o conjunto da sociedade civil. Em muitas situações, o vídeo se constitui ele próprio num instrumento de ação política: gravar depoimentos de autoridades para posteriormente cobrar as promessas feitas, documentar a memória dos movimentos de modo a desenvolver sua autoconsciência, etc.

O vídeo, porém, tem sido utilizado com freqüência de maneira bastante limitada. Por isso, o fundamental é experimentar e desenvolver a criatividade - ver e utilizar vídeos e também criar novos vídeos. A seguir, apresentamos alguns vídeos que tratam da problemática da construção da cidadania nos complexos agroindustriais, ou de questões correlacionadas, com um resumo que facilita aos interessados encontrar materiais ligados à sua própria realidade, e que possam ajudar na reflexão-educação dos trabalhadores enquanto cidadãos.

Deserto Verde
VHS, 23', 1992, PAL-M
Produção: FASE- Equipe Vitória

A implantação em grande escala de florestas de eucalipto no Espírito Santo e extremo sul da Bahia, fornecendo matéria-prima para a indústria de papel e celulose, tem provocado enorme impacto social e ambiental. Depoimentos de vários setores da sociedade civil apontam para os problemas sociais e ambientais associados à expansão da Aracruz Celulose e de outras empresas do setor. A substituição da mata nativa pelo eucalipto desestrutura a agricultura, reduz a produção de alimentos, polui as águas, provoca êxodo rural e favelização, aumentando a miséria.

Cacau, o Doce Amargo
VHS, 18', 1989, NTSC
Produção: FASE-Itabuna

Mostra as lutas dos trabalhadores da zona cacaueira da Bahia para fundar um sindicato e conquistar a cidadania política e social.

Na Palha da Cana
VHS, 24', 1989, NTSC
Produção: FASE-Alagoas/ Sedup-PB /CUT-PB

Através de várias lutas e das campanhas salariais, os trabalhadores da cana-de-açúcar do Nordeste vêm conseguindo a regulamentação de muitos direitos que deveriam lhes assegurar melhores condições de vida, mas a maioria das conquistas não são cumpridas pelos patrões.

Um Dia na Vida do Trabalhador Rural
VHS, 45', 1987, PAL-M
Produção: FASE-Itabuna

O cotidiano de um trabalhador rural da zona cacaueira da Bahia: trabalho, moradia e alimentação.

Mulheres no Canavial
U-Matic, 33', 1986, NTSC
Produção: Conselho Estadual da Condição Feminina (SP)
Direção: Jacira Melo, Márcia Meirelles, Silvana Afram

A realidade da trabalhadora rural: má remuneração, esgotamento físico, falta de creches para os filhos e esperança de reforma agrária.

Somos Nove Milhões
U-Matic, 35', 1983, PAL-M
Produção: FASE

Assalariados rurais do Pará, Pernambuco, São Paulo e Paraná relatam as suas dificuldades e contam as razões que os levaram a ser bóias-frias. Falam também de suas lutas e dos problemas que enfrentam para se organizar.

Nossa Greve em 1982
U-Matic, 35', 1982, PAL-M
Produção: FASE

Documentário sobre a greve dos canavieiros de Pernambuco em 1982, a partir do momento da assembléia de delegados sindicais até a vitória do movimento.

Contrato Coletivo de Trabalho
VHS, 29', 1989, NTSC
Direção: Raul Luedeman

A partir de falas de lideranças sindicais, este vídeo apresenta o que quer dizer contrato coletivo de trabalho e a sua importância para os trabalhadores e o futuro do sindicalismo.

CUT Balanço 1986-87
VHS, 55', 1987, NTSC
Produção: CUT-Rio

Um balanço do papel da CUT junto aos movimentos sindicais rurais e urbanos. Analisa a perda da qualidade de vida dos trabalhadores, a interferência do Estado reprimindo os movimentos e as lutas dos trabalhadores para melhorar as condições de vida e trabalho.

O Gosto da Vitória
U-Matic, 7', 1985, NTSC
Realização: TV Viva

O repórter Brivaldo, banguela, sai às ruas para saber o que é melhor: dente ou dentadura.

Com os Pés da Cabeça
U-Matic, 8', 1986, NTSC
Realização: TV Viva

Entrevista nas ruas, escolas e praias sobre o inseto popularmente conhecido como piolho. O repórter é um garoto da comunidade da ilha de Santana, em Olinda (PE).

Conte Comigo
VHS, 5', 1991, PAL-M

Desenho animado em verso, contando a história de um menino que não podia andar mas fazia muitas outras coisas. Nesse filme, você encontrará suas reflexões, suas tristezas, suas possibilidades e suas alegrias.

Dias ou Zumbi?
U-Matic, 39', 1989, PAL-M
Direção: Lúcia Murad
Realização: Geraes Produções Audio e Vídeo Ltda.

Aborda a luta dos negros no Brasil, enfocando o posicionamento de dois personagens antagônicos na história: Henrique Dias e Zumbi dos Palmares. Mostra a resistência dos quilombos à escravidão, a religião afro-brasileira, os movimentos organizados contra a escravidão e o racismo, do momento pré-abolicionista até os dias atuais. E conclui com a alegria da festa do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, na Serra da Barriga, em Alagoas.

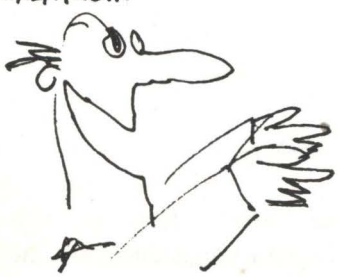
Raça Negra
VHS, 23', 1988, NTSC
Direção: Nilson de Araújo
Produção Século Vídeo

A situação dos negros escravos e as formas de luta contra a escravidão. O trabalho moderno e a escravidão. As diferentes formas de discriminação e as alternativas para a questão racial brasileira.

Obs: Cópias destes vídeos podem ser obtidas no Setor Audiovisual da FASE Nacional.

SENHORES! EIS A SOLUÇÃO DE TODOS OS NOSSOS PROBLEMAS! O SUPRA-SUMO DA MODERNIDADE: O ROBÔ!

NÃO PEDE AUMENTO DE SALÁRIO...



NÃO PAGA INSS

NÃO FAZ GREVE...

CÉUS! ELE DEVE TER SIDO PROGRAMADO POR ALGUÉM FILIADO À CUT!

MARTINS

Proposta 56

Próximo número

Alternativas de desenvolvimento

Durante muito tempo o conceito de desenvolvimento se restringiu à interpretação puramente economicista. Essa interpretação é uma das responsáveis pela pobreza e degradação ambiental que hoje presenciamos no Terceiro Mundo. Antes mesmo da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/92 essa interpretação economicista começou a ser questionada.

O próximo número de **Proposta** será dedicado a esse questionamento, repercutindo como estão se encaminhando os movimentos ambientalistas após a ECO-92, investingando qual a real inserção da questão ambiental entre os movimentos sociais e como o movimento ambientalista está refletindo as questões sociais no Brasil.

Proposta nº 56 traz ainda a discussão das ONGs brasileiras sobre o desenvolvimento e a democracia; o enfrentamento de uma política de desenvolvimento para a Amazônia que contemple a sociedade local, ao mesmo tempo em que leve em conta o não esgotamento de seus recursos naturais; e a repercussão do Fórum Global fora do Brasil.

FASE - A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO POPULAR